

Primeiras Palavras

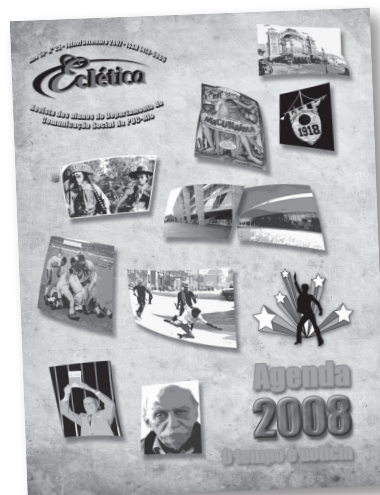
JULIANA MAIOLINO, MARIA BEATRIZ PEDROSO,
PATRÍCIA BRAGA E PAULO MAURÍCIO

Um dos critérios de noticiabilidade no jornalismo é a lembrança das efemérides. Isto é, fatos que marcaram a história de um país e que são sempre importantes de serem lembrados. O tempo se transforma em notícia, particularmente quando a data é “redonda”, isto é quando o fato aconteceu há 10, 20, 30, 40 anos...

*Nesta edição da **Eclética**, que circula em inícios de 2008, lembraremos grandes personalidades e suas obras, como o arquiteto Lucio Costa e o livro Macunaíma de Mário de Andrade; instituições como os Museus de Arte Moderna do Rio de Janeiro e de São Paulo, que têm a função de resguardar e divulgar a arte moderna; a mais antiga agremiação carnavalesca do Rio de Janeiro, o Cordão do Bola Preta e até mesmo a Disco Fever, a febre das discotecas. Seleccionamos também acontecimentos que marcaram a memória política e cultural do País como o Ato Institucional número cinco, decretado durante a ditadura militar; a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como “cidadã”; a morte de Lampião e o fim do Cangaço; as comemorações dos 100 anos da Exposição Nacional e a primeira vitória da seleção brasileira numa Copa do Mundo.*

Os temas são variados, para todos os gostos. Foram escolhidos a dedo, de acordo com a sua importância em cada década do século XX. Certamente os leitores vão ler, assistir ou escutar matérias e comentários relacionados a estes acontecimentos durante o ano de 2008.

*Mas, lendo a **Eclética**, poderão lembrar desses fatos importantes da história do Brasil com a certeza da qualidade na informação. Por isso, aproveite a nossa seleção para uma agenda 2008 e boa leitura!*



Sumário

PROGRESSO E MODERNIDADE: SONHO DE UMA NAÇÃO	2
VEM PRO BOLA, MEU BEM	7
MACUNAÍMA, O HERÓI BRASILEIRO DE TODOS OS TEMPOS	12
LAMPIÃO, VIRGULINO E O MITO	15
MAM DO RIO E DE SÃO PAULO JÁ SÃO SEXAGENÁRIOS...	20
COPA DE 1958 - MEMÓRIAS DE OURO	25
AI-5: O GOLPE DENTRO DO GOLPE	33
DISCO FEVER - A FEBRE DAS DISCOTECAS	37
20 ANOS DE CONSTITUIÇÃO CIDADÃ	41
LUCIO COSTA, UM GÊNIO INOVADOR	45



ECLÉTICA É UMA REVISTA SEMESTRAL DOS ALUNOS DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PUC-RIO, ESSE NÚMERO FOI PRODUZIDO PELAS TURMAS DE 2007.2 DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, HABILITAÇÃO EM JORNALISMO, DA DISCIPLINA DE EDIÇÃO EM JORNAL, RÁDIO E TELEVISÃO.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROF. CÉSAR ROMERO JACOB

COORDENAÇÃO EDITORIAL
PROF. FERNANDO SÁ

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA
PROF. AFFONSO ARAÚJO

ALUNOS EDITORES
JULIANA MAIOLINO, MARIA BEATRIZ PEDROSO, PATRÍCIA BRAGA E PAULO MAURÍCIO

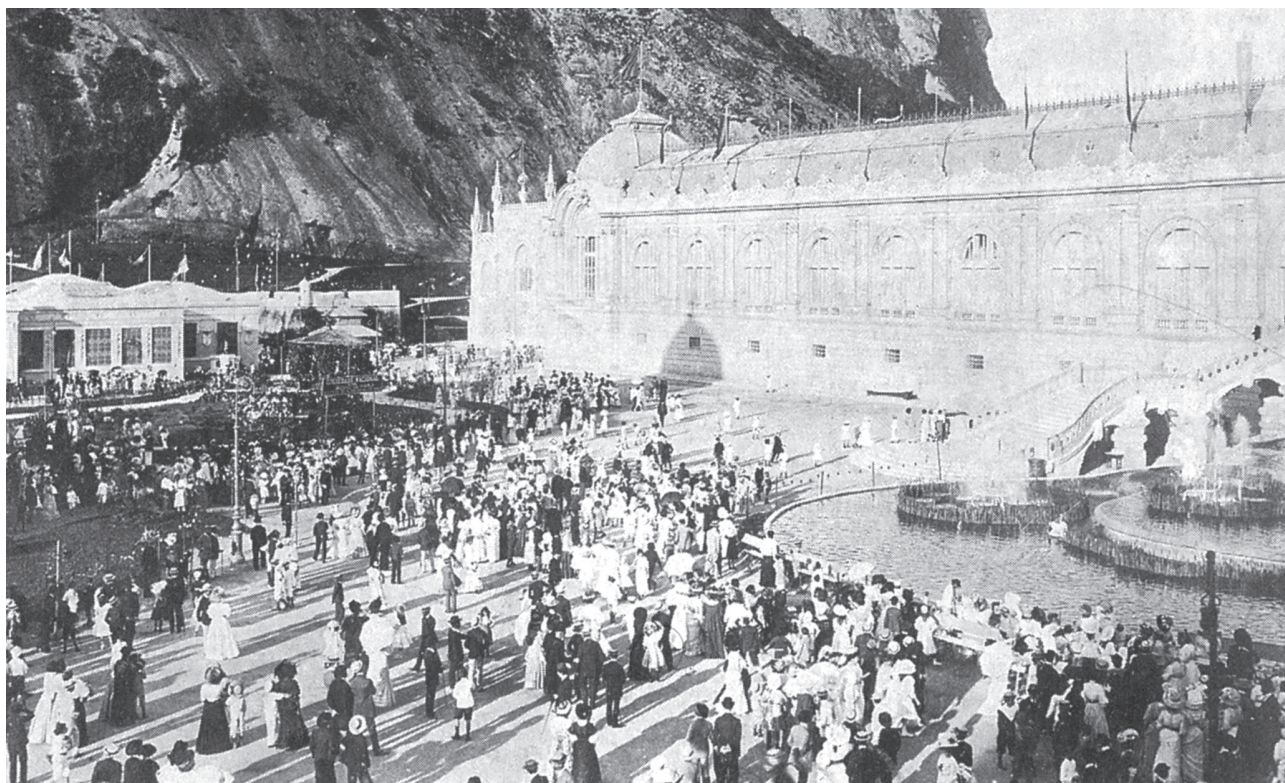
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
RUA MARQUÊS DE S. VICENTE, 225 – ALA KENNEDY
6º ANDAR – GÁVEA – RIO DE JANEIRO – RJ
CEP: 22453-900 – TEL.: (21) 3527-1603

IMPRESSÃO: GRÁFICA IMPRINTA

Progresso e modernidade: sonho de uma nação

A Exposição Nacional de 1908

ALESSANDRA FABIAN E BRUNO ROHDE



Inauguração da Exposição Nacional

Inaugurada em 11 de agosto de 1908, a Exposição Nacional, no Rio de Janeiro, tentava se igualar às maiores exposições do mundo e tornou-se um dos mais importantes acontecimentos daquele ano. Passados 100 anos da chegada da Família Real ao Brasil, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil, a Escola Médica, a imprensa nacional, entre outros legados, também completavam seu primeiro século de existência. No entanto, a grande celebra-

ção do país voltava-se para os 100 anos da abertura dos portos.

“A Exposição Nacional de 1908 foi uma espécie de vitrine de um Brasil que queria se mostrar moderno e republicano. Queria se provar que o Brasil já tinha resolvido problemas de saúde pública, acabado com a escravidão e com os cortiços”, destaca Maria do Carmo Rainho, historiadora do Arquivo Nacional.

Margarida de Souza Neves, professora de história da PUC-Rio,

doutora pela Universidade Complutense de Madrid e autora do livro *As vitrines do progresso*, que trata do Brasil desse período, concorda: “Na exposição, exibem-se as entranhas dos estados, expõem-se para impor uma determinada visão de mundo”.

No mesmo ano, outros acontecimentos também deixaram sua marca na história. A Cruz Vermelha inaugurou sua sede brasileira, o primeiro navio de famílias japonesas vindas para trabalhar nos

cafezais do oeste paulista aportou no país e uma epidemia de varíola no Rio de Janeiro fez mais de 6.400 vítimas fatais – e deixou evidente que o progresso brasileiro não era tão grande assim.

Graças às reformas urbanas do prefeito Pereira Passos (1902-1906), com o intuito de moldar a cidade aos padrões europeus, o Rio de Janeiro vivia um novo momento. Pereira Passos abriu e alargou ruas e avenidas, construindo e, ao mesmo tempo destruindo, o centro urbano. Ninguém viu ou fingiu não ver, porém, que as reformas urbanas expulsaram muitas pessoas do centro do Rio e colaboraram para o início do processo de favelização da cidade. No meio de tantas obras, muitos moradores perderam suas casas e as favelas começaram a surgir.

“As reformas urbanas custaram muito caro para uma parte da população que não era desejada”, confirma Maria do Carmo.

A proclamação da República, o fim da escravidão, as reformas urbanas e o início da industrialização pareciam indicar que o Brasil tornava-se definitivamente um país civilizado. No entanto, o tempo mostraria que o caminho é longo para que toda a população pudesse ter acesso a essas mudanças.

Naquele início de século XX, o sistema republicano estava em seu começo, tinha apenas 19 anos. Vivia-se a política do café-com-leite, uma referência à alternância de poder entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, as mais poderosas da época. A economia caminhava rumo à industrialização, mas ainda se baseava essencialmente nas exportações do café, da borracha e do cacau.

No campo das comunicações, que ainda dependia do telégrafo, o país vivia seu avanço. Pioneiro, o jornal carioca Gazeta de Notícias acabara de introduzir cores

A exposição estava dividida em quatro seções: Agricultura, Indústria Pastoril, Indústrias e Artes Liberais

em suas edições, as crianças ganhavam a primeira revista feita para sua idade, O Tico-Tico, e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) abria as portas. O cinema tornava-se uma diversão cada vez mais popular, já que, após 1907, várias salas de exibição foram inauguradas.

Ainda em 1908, o pai da aviação, Santos Dumont, destacava-se como ídolo de um país em que o futebol ainda não era uma paixão nacional – a primeira convocação da Seleção Brasileira só iria acontecer em 1914.

As heranças e seus centenários

O Jardim Botânico, atualmente tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foi inaugurado em 1808 com o intuito de aclimatar as especiarias vindas das Índias Orientais e era conhecido como o Jardim de Aclimação. Em 1908, sob a administração de João Barbosa Rodrigues, a diversidade do Jardim aumentou, com novas espécies de plantas que chegavam à cidade.

Outra herança da vinda da Família Real foi o Real Theatro São João, atual Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes. Ainda conhecido, em 1908, como Theatro São Pedro de Alcântara, foi apenas em 1923 que ganhou o nome pelo qual é conhecido atualmente. Muito diferente da estrutura atual, em 1908 o teatro não possuía uma boa acústica e dificilmente se ouvia o que os atores falavam no palco.

A Escola Anatômica Cirúrgica e Médica, no Hospital Real Militar e Ultramar, atual Hospital Central do Exército, também completava seu primeiro século e devido à sua grande importância para a história da medicina brasileira, também merecia comemoração. Assim como o Banco do Brasil, uma das principais instituições econômicas dos últimos três séculos. No entanto, foi o centenário da abertura dos portos que rendeu a maior das comemorações e, para a celebração, um grande evento foi organizado no Rio de Janeiro.

A exposição

A Exposição Nacional, montada na orla do bairro da Urca, entre os morros da Babilônia e da Urca, mobilizou não só a cidade como todo país. Pavilhões monumentais representavam os principais estados. Um boletim comemorativo, organizado pela Diretoria Geral de Estatística, retratava a situação do país na época, com dados demográficos, territoriais, econômicos e sociais.

A Exposição estava dividida em quatro seções: Agricultura, Indústria Pastoril, Indústrias e Artes Liberais. Em cada uma delas, exibiam-se produtos, que não estavam à venda, mas sua exposição poderia gerar futuras negociações – que faziam os Réis, moeda da época, circular.

Na seção de Agricultura, exibiam-se artigos como milho, ouriço de castanha, feijão e pimenta.

Na de Indústria Pastoral, havia cavalos, pôneis, búfalos e tartarugas. Na seção de Indústrias, entre os produtos exibidos, havia doces, cachaaas, panelas indígenas, roupas, jóias, ferramentas, peles, vassouras, injeções e ampolas de cocaína. Na área da indústria extrativa havia ainda uma exposição da coleção do herbário do Museu Emílio Goeldi, do Pará, com plantas amazônicas, peles, bolas de borracha, frutas, plantas medicinais e penas de aves, por exemplo. Na Seção de Artes Liberais expunham-se livros didáticos, pinturas, instrumentos musicais, projetos de saúde pública e de melhorias de cidades.

A Avenida dos Estados era a principal via de circulação da exposição. Em seus 30 metros de largura e 480 metros de extensão, abrigava os pavilhões dos estados – Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal –, construídos em estilo eclético, imponentes, porém de estrutura frágil. De acordo com a historiadora, a localização dos pavilhões mostrava a situação política vivida no momento. “Os pavilhões de Minas Gerais e São Paulo estavam lado a lado, de certa forma refletindo a política do café-com-leite”. Nem todos os



Imagens da exposição

pavilhões eram novos. O Pavilhão das Indústrias, por exemplo, utilizou-se do prédio da Escola Militar, que foi adaptado.

Nessas construções, exibiam-se principalmente produtos naturais típicos de cada estado, assim como artigos manufaturados produzidos nesses locais. Os estados sem um pavilhão próprio podiam expor no Pavilhão dos Estados, o principal pavilhão da exposição, com 7.600 m² e 91 salas. No entanto, os artigos exibidos não eram as únicas representações

dos avanços vividos. A construção do pavilhão, com novas técnicas, novos materiais, infra-estrutura e embelezamento mostravam a prosperidade dos últimos 100 anos.

Exposições como essa não eram uma exclusividade do Brasil, aconteciam no mundo todo naquela época. “Havia uma crença de que os povos progressistas não faziam mais guerra, faziam exposições para exibir seus feitos. As exposições eram vistas como arenas pacíficas de debate, argumento que ficou prejudicado após a guerra em 1914”, conta Margarida de Souza Neves.

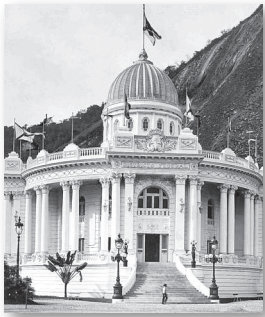
Os pavilhões não exibiam apenas produtos dos estados. Portugal, único país convidado, tinha o seu próprio pavilhão. D. Carlos, rei de Portugal, inclusive viria à Exposição, mas morreu antes, vítima de um atentado. Instituições como o Jardim Botânico, o Corpo de Bombeiros e os Correios e Telégrafos também tinham pavilhões exclusivos. No Pavilhão da Fábrica Bangu, famosa produtora de tecidos, máquinas e produtos eram exibidos reafirmando

A abertura dos portos

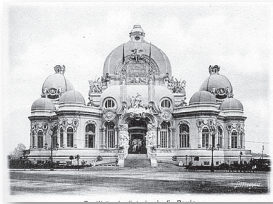
A abertura dos portos representou o início da independência econômica do Brasil. Até 1808, o pacto colonial era vigente e todos os produtos nacionais eram monopolizados por Portugal, sua metrópole. Com o pacto, nos portos brasileiros só entrariam produtos portugueses e todas as matérias-primas do Brasil iriam diretamente para Portugal.

Depois dessa data, o Brasil estava livre para comercializar com as nações amigas de Portugal, sendo a Inglaterra a grande beneficiada, uma vez que comprava as matérias-primas produzidas aqui e vendia seus produtos manufaturados para os mercados brasileiros.





Pavilhão do Distrito Federal



Pavilhão de São Paulo



Pavilhão da Fábrica Bangu



Pavilhão da Bahia

seu poderio. A fábrica, criada em 1889, produzia tecidos de qualidade a preços baixos e os vendia para vários estados do país. Chegou a ganhar prêmios por seus tecidos e estampas. No entanto, seus funcionários, entre eles mil crianças, chegavam a trabalhar 12 horas por dia.

O pavilhão do Teatro João Caetano, no sopé do morro da Urca, recebia concertos comandados pelo maestro Alberto Nepomuceno, exposições e peças. As composições de Debussy, Beethoven e Carlos Gomes eram as mais executadas.

O bonde era, na época, o principal meio de locomoção na cidade. Uma estação foi montada na Urca e garantia o transporte até à exposição. Desciam do veículo homens de terno, gravata e chapéu e mulheres com seus vestidos compridos, geralmente em tons claros, e apertados na cintura. A elas também não podia faltar um par de luvas, chapéu e sombrinha. Desde o início do século, algumas questões comportamentais passavam por mudanças, entre elas, a maior liberdade e participação na sociabilidade por parte das mulheres.

As crianças, com roupas semelhantes a dos adultos, também

se interessavam pela exposição. Além de um parque infantil, a programação da mostra contava com shows de fogos de artifício, regatas, corsos e exibição de filmes. A estrutura da exposição incluía ainda alguns restaurantes. Um dos principais, o restaurante Pão-de-açúcar, possuía uma varanda onde os clientes podiam conversar e admirar a baía. O local foi ainda cenário para um documentário. Um café, um bar, atividades musicais, exposições artísticas e um pequeno trenzinho utilizado para percorrer a mostra também faziam parte do grande evento.

A iluminação, tanto a gás quanto elétrica, também foi uma das atrações. Um chafariz luminoso fazia parte do cenário, além de lâmpadas de diferentes formas e intensidades. Na entrada da expo-

sição, o visitante era recebido por um portal de 25 metros, enfeitado com mais de oito mil lâmpadas.

Com seus 182.000 m², a Exposição Nacional de 1908 foi a maior já realizada no país até aquele ano, tendo inclusive ultrapassado as Exposições Internacionais que a antecederam. Organizada pelo governo federal, estados, associações comerciais, agrícolas e industriais a exposição serviu também como teste para a participação do Brasil na Exposição Internacional de 1910, na Bélgica. Em 1922, o centro do Rio receberia outra exposição, dessa vez para celebrar os 100 anos da independência.

A exposição também interferiu na organização da cidade, a antiga praia da Saudade, hoje Avenida Pasteur, sofreu uma série de mudanças, um cais foi construído para interligar, através de barcas, a exposição ao antigo cais Pharo, no centro da cidade. Avenidas, ruas e praças foram abertas.

As obras, porém, atrasaram e a abertura do evento teve que ser adiada duas vezes. Inicialmente programada para começar em 15 de junho, passou para 14 de julho até ser realmente inaugurada em 11 de agosto. Ficou aberta até 15 de novembro e, em apenas três meses, recebeu mais de um milhão de visitantes. Um número considerável para um país que tinha cerca de 22 milhões de ha-

“A exposição foi feita para mostrar as reformas urbanas do Rio de Janeiro, que se via como uma Paris tropical. A exposição era a teatralização de uma religião leiga que se chama progresso”

Margarida de Souza Neves

bitantes. “Foi muito visitada, foi um acontecimento na cidade. O Rio de Janeiro parou para visitar a exposição até porque, naquela época, não havia uma vida cultural tão intensa na cidade”, conta Maria do Carmo.

O presidente Afonso Pena exibia com orgulho às autoridades e ao povo a exuberância do país e modernidade da remodelada capital federal. O empenho do governo era tanto que produtos de outros estados foram transportados gratuitamente, por meio de ferrovias e portos, até ao Rio de Janeiro.

Para Margarida de Souza Neves, “A exposição foi feita para mostrar as reformas urbanas do Rio de Janeiro, que se via como uma Paris tropical. A exposição era a teatralização de uma religião leiga que se chama progresso”.

Segundo a avaliação de historiadores, a Exposição Nacional serviu para forjar uma idéia de progresso e modernidade no país, abandonando as lembranças do atraso da colônia e do império. Além da própria exposição, outro instrumento de divulgação

seria o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Traduzido para o francês e o espanhol, pretendia analisar o desenvolvimento brasileiro ao longo de um século.

“Havia um interesse muito grande em demonstrar, através de estatísticas, que o Brasil tinha progredido. Todos os grandes países faziam exposições para demonstrar seu desenvolvimento e o Brasil também queria mostrar isso”, afirma Maria do Carmo.

Um novo Rio, um novo país

Dos prédios construídos para abrigar a exposição, pouca coisa resistiu. A maioria foi planejada para ser provisória feita de madeira coberta com estuque, concebida para durar no máximo 10 anos. Os únicos que se mantêm em pé são o Pavilhão das Máquinas, hoje parte do *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, parte do Pavilhão de Minas Gerais, atual Escola Municipal Minas Gerais, e o Pavilhão dos Estados, que abriga a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais.

O Pavilhão da Bahia, idealizado por Rafael Rebechi, foi demolido logo após o fim da exposição, o Pavilhão de São Paulo, projetado por Ramos Azevedo, e o Pavilhão da Fábrica Bangu, projetado por Sampaio Correa, ficaram de pé até 1909.

Exposições, como a de 1908, já não causam mais tanta movimentação. Se antes as pessoas queriam mostrar suas evoluções, hoje, segundo Margarida de Souza Neves, a sociedade já percebeu que avanços nem sempre significam melhoria na qualidade de vida. “Hoje, as pessoas já sabem que avanços tecnológicos e na ciência não significam necessariamente que todos vão viver bem e melhor”.

Além disso, a ostentação do progresso através de ações impactantes do homem não é a única medida de bem-estar para a população. “O mundo contemporâneo não está mais pautado nos ideais do século XIX. Já sabemos que o progresso não é sinônimo de felicidade”, completa Margarida.

As reformas do Rio

A proclamação da República e a conseqüente alteração do status do Rio de Janeiro de cidade colonial a Distrito Federal obrigaram os governantes a buscarem meios de marcar esse novo momento histórico do país. Coube ao presidente Rodrigues Alves (1902-1906) e ao prefeito Pereira Passos a idealização da reforma urbana do Rio de Janeiro. A modernidade de Paris era o modelo de cidade perseguido por eles, mas o Rio de Janeiro ainda possuía uma vantagem: a rica beleza natural. Construiu-se, então, uma via no centro no estilo boulevard francês. A Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, atravessou o centro do Rio e destruiu uma série de construções ao longo de vários quarteirões. A população pobre foi a que mais sofreu. Além das reformas arquitetônicas, a prefeitura do Rio tentava sanear a cidade sob a tutela de



Charge da época retratando o trabalho de Oswaldo Cruz

Oswaldo Cruz. Determinou-se na época uma caça aos ratos e mosquitos da cidade, além da obrigatoriedade da vacina contra varíola que acabou resultando em revolta da população.

Vem pro Bola, meu bem

O Cordão da Bola Preta, bloco mais antigo do Rio comemora 90 anos

ALAN SPECTOR, GUSTAVO COLOMBO E LARA GRINER

“Quem não chora não mama, segura meu bem a chupeta...” de ser considerado oficialmente aberto após a entoação dos versos do hino do Cordão da Bola Preta. Fundado em 31 de dezembro de 1918, o bloco é a mais antiga agremiação carnavalesca em funcionamento. Há 90 anos milhares de foliões cariocas ocupam as ruas do Centro para festejar o carnaval.



O presidente do bloco Pedro Ernesto Marinho com um dos símbolos do cordão

Desde que foi trazido para o Brasil, no século XVII, o carnaval é uma festa de rua. No entanto, até os primeiros anos da República, costumava ser comemorada também de forma violenta. As pessoas saíam pelas ruas em cordões, ranchos e corsos (desfiles de carros), prontas para atingir umas às outras com os chamados limões de cheiro – bolas de cera com água suja, farinha e cal. Devido aos inúmeros conflitos, a polícia proibiu o surgimento de novos clubes no Rio de Janeiro.

No entanto, em 1918, sob a liderança de Kveirinha, 18 componentes do tradicional Clube dos Democráticos resolveram contrariar o decreto e criar um novo cordão. O grupo, a princípio batizado de “Só se bebe água”, tinha como símbolo um barril de chope com 18 torneiras, cada uma na boca de um dos membros.

Reza a lenda que os boêmios estavam juntos, comemorando a entrada do ano novo, no Bar Nacional, na Galeria Cruzeiro, hoje Edifício Avenida Central, quando passou uma linda mulher com um vestido colante branco de bolas pretas. Um deles gritou: “Está aí o nosso nome! Cordão da Bola Preta”, e convidou a moça para participar da festa. A irreverência sempre foi a marca do grupo.

Carnaval família

Segundo o atual presidente do bloco, Pedro Ernesto Marinho, o desfile do Bola Preta sempre foi um ambiente familiar. “Antigamente, quando você dava um beijo mais rebuscado, o segurança botava a mão no seu ombro e dizia que ali não era motel”, afirmou. Mesmo com a liberação dos costumes o bloco não teve sua rotina alterada, pois sempre exigiu de seus frequentadores rígidas normas de comportamento.

A professora Sônia Diamant, 83 anos, frequente o bloco desde os sete anos de idade. “Quando eu era pequena, meus pais me levavam. Lembro de uma vez que fui fantasiada de colombina e meu irmão de pierrô. Era uma farra! Fiz questão de levar meus filhos quando eles ainda eram bebês de colo”, contou.

Há 90 anos, turistas, famílias, criança, jovens e idosos se vestem de branco e preto, as cores oficiais do bloco e caem na folia no centro do Rio na manhã de sábado de carnaval. O trajeto começa em frente à sede, na Cinelândia, às 9h e chega na Praça Tiradentes já no meio da tarde.

Uma das principais atrações é a tradicional Banda do Cordão da Bola Preta, hoje Banda Show e Sinfônica do Carnaval, composta por 26 músicos que tocam instrumentos de sopro, como tuba, trombone e trompete. Por muitos anos, a orquestra foi conduzida pelo Maestro Roberto Sodré, que se tornou uma figura fol-



Desfile do Cordão da Bola Preta, na Gamboa, em 1928



Desfile em 1998 na Rua da Carioca, de lá pra cá, o público só aumenta



Nos últimos anos, o carnaval de rua vem passando por um processo de revitalização e reconquistando seu espaço. O número de blocos cresceu consideravelmente na cidade e os tradicionais aumentaram seu público.

clórica ao ser o primeiro regente a comandar virado de costas para a orquestra. Atualmente, a banda se apresenta também em ensaios de escolas de samba e festas particulares. O repertório é composto principalmente por músicas tradicionais do carnaval, tais como frevos, sambas, sambas enredos, e, é claro, marchinhas imortalizadas na memória afetiva dos brasileiros. Não é permitida a execução de outros gêneros musicais, tais como funk e axé, como forma de defender a cultura do carnaval tradicional. O famoso sucesso *Quem não chora não mama*, composto nos anos 1930 por Vicente Paiva e Nelson Barbosa e gravado oficialmente por Carmem Costa em 1959, se tornou o Hino Oficial do Cordão da Bola Preta.

Durante muitos anos, o bloco funcionou apenas na temporada de carnaval, e em sedes alugadas. Seus bailes passaram pela Rua da Glória, pela Rua do Passeio, pela Rua Senador Dantas e pela Rua Bittencourt da Silva, ao lado do metrô do Largo da Carioca, onde ficaram por 10 anos. Em meados da década de 1940, sob o comando de Silvestre Gonçalves, o Cordão comprou sua sede própria, na Rua Treze de Maio, 13, ao lado do Teatro Municipal, onde permanece até hoje. A casa foi inaugurada em 31 de dezembro de 1949.

Na década de 1960, surgiu o Baile do Sarongue, um dos eventos mais tradicionais do pré-carnaval e que atraía uma multidão. Até o final dos anos 1970, foi mantida a temporada carnavalesca de novembro, quando realizavam o Baile da Vitória. Nesses bailes surgiram as grandes músicas que fazem sucesso até hoje na maior festa popular do nosso país.

Entre tantas honras, o Cordão também foi o primeiro clube a organizar rodas de samba fora das quadras das escolas de samba, que revelaram importantes sambistas, como o Neguinho da Beija Flor.



GUSTAVO COLOMBO, DO ARQUIVO DO BOLA PRETA

***“O Bola Preta transpira
Cinelândia e a Cinelândia
transpira Bola Preta. Se o
bloco sair daqui, ele perde sua
identidade, ele morre”***



Em 1936, grupo de futebol fantasiado, em São Cristóvão

O bloco sempre foi freqüentado por nomes famosos da Música Popular Brasileira (MPB), como Pixinguinha, Ataulfo Alves, Emilinha Borba, Dalva de Oliveira, Jorge Goulart, Gilberto Alves, Jamelão, João Roberto Kelly, Elizete Cardoso, a eterna madrinha do Bola, e Beth Carvalho, a atual madrinha. Até Roberto Carlos passou por lá no final da década de 1960, auge da Jovem Guarda.

Muitos políticos também marcaram presença no Cordão. O ex-governador do Estado da Guanabara, Negrão de Lima estava sempre presente nos bailes. Segundo o presidente do bloco, até o ex-presidente Getúlio Vargas veio certa vez ao Baile do Teatro Municipal para participar da festa do Cordão da Bola Preta.

O Bola também é cultura

O bloco mais antigo da cidade já recebeu muitos títulos oficiais. Em 1950, foi considerado de Utilidade Pública pelos “relevantes serviços prestados à MPB e ao carnaval”. Em 2004, recebeu a Medalha da Ordem do Mérito Cultural concedida pelo Ministério da Cultura e entregue pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2005 e 2006, as Organizações O Dia deram ao bloco o troféu Tamborim de Ouro pela realização do melhor carnaval de rua da cidade. Ainda em 2005, o bloco expôs seu acervo na Biblioteca Estadual Celso Kelly convidado pela Secretaria Estadual de Cultura. Milhares de cariocas e turistas tiveram acesso a textos, fotos e objetos da história do bloco. E, em fevereiro de 2007, o prefeito César Maia concedeu ao Cordão da Bola Preta e ao seu hino *Quem não chora não mama* o merecido título de Patrimônio Cultural Carioca. E está ainda em tramitação na Câmara dos Vereadores do Rio, um novo projeto que tomba o Cordão como Bem de Natureza Imaterial da cidade.

Nos últimos anos, o carnaval de rua passa por um processo de revitalização e reconquista seu espaço. O

número de blocos de rua cresceu consideravelmente na cidade e os já tradicionais aumentaram seu público. No ano 2000, cerca de 15 mil pessoas acompanharam o Bola Preta. Já em 2008, mais de 500 mil pessoas ocuparam o Centro do Rio e a Cinelândia, seguindo o desfile do bloco que acontece na Avenida Rio Branco entre a Candelária e o Obelisco. Segundo Marinho, que assumiu a presidência do Bola Preta em junho de 2007, os bares locais fazem até reserva antecipada e vendem nesse dia mais que o faturamento somado de vários meses. A estação do Metrô da Cinelândia tem no sábado de carnaval o dia de maior movimento do ano.

A estudante Isabel Moskvics, 26 anos, acredita que a geração dela tem valorizado cada vez mais as coisas do passado. Um dos fatores que mais a atrai no desfile do Bola Preta é o ecletismo do evento. “Os blocos do Centro têm uma galera mais das antigas. É legal ver todo mundo curtindo junto, crianças, famílias, idosos... todo mundo fantasiado, cantando as mesmas marchinhas, é uma experiência harmônica, difícil de encontrar por aí. Nunca vi nenhuma confusão acontecer”, disse.

Para o presidente do Bola Preta, o cordão se manteve como o mais tradicional e é fonte de inspiração para tantos outros blocos por ter como único objetivo incentivar o carnaval carioca e a música popular brasileira em todos os seus meios e formas.

Dívidas e projetos

Em seus 90 anos de existência, o Cordão nunca deixou de desfilar no carnaval do Rio de Janeiro. No entanto, em novembro de 2007, o presidente ameaçou não levar o bloco às ruas para o carnaval de 2008, devido à dívida de cerca de R\$ 800 mil com o condomínio do prédio onde está localizada sua sede e o IPTU, acumulada desde 1998.

A sede na Rua Treze de Maio acabou por ser leiloada em fevereiro de 2007, mesmo mês em que o bloco

Pela primeira vez em sua história, o clube já tem acertado o patrocínio com uma marca de cerveja e com a Riotur

recebeu da prefeitura o título de patrimônio cultural carioca. Marinho reivindica o apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro para reunir o valor necessário para reaver a sede, mas até agora eles não se sensibilizaram com a causa. “Qual o prazer que a gente vai ter de pular, de brincar sabendo que não temos mais a sede? O Bola Preta transpira Cinelândia e a Cinelândia transpira Bola Preta. Se o bloco sair daqui, ele perde sua identidade, ele morre”, disse.

Marinho também lembrou que todos os clubes do Rio de Janeiro estão com problemas financeiros, mas o Bola Preta é o único que tem que pagar condomínio. “Se dependesse do síndico nós já estaríamos fora daqui”, afirmou o presidente do clube.

Entre os planos para sustentar o clube, estão os eventos e festas que acontecem na sede. Atualmente, o salão é utilizado para aulas de dança de salão às quartas-feiras, charme às quintas e pagode às sextas. Duas vezes por mês, o espaço é alugado para a já badalada festa Phunk e também para casamentos e aniversários. Todos esses eventos pagam as contas, mas ainda não são suficientes para cobrir o valor necessário para quitar a dívida.

O presidente disse ainda que estuda a possibilidade de implementar novos projetos para arrecadação de fundos, como reabrir o restaurante no salão durante o dia, horário em que o espaço fica ocioso, e criar um pólo de memória, para contar a história do Bola Preta. Lá, seriam expostos, entre outros documentos, o acervo de fotos e de troféus do bloco. Também está sendo planejada a venda de camisetas comemorativas dos 90 anos do Bola, mas que não seria de uso obrigatório no desfile. “Só a palavra abadá já me irrita”, brincou Marinho. Ele disse que o uso de um uniforme vai contra a tradição do carnaval de rua carioca, que se diferencia das escolas de samba, exatamente por sua espontaneidade. “Dizem que a maior democracia do mundo são os Estados Unidos. Mentira! A maior democracia do mundo é o Cordão



Desfile na Rua Primeiro de Março, em 1937

do Bola Preta, porque entra rico, entra pobre, entra quem tem dinheiro pra comprar a blusa, quem não tem...”, afirma o presidente do bloco.

Pela primeira vez em sua história, o clube já tem acertado o patrocínio com uma marca de cerveja e com a Riotur. Serão divididas seis cotas de patrocínio de R\$ 50 mil e R\$ 100 mil, possibilitando que sejam oferecidas melhor infra-estrutura e segurança para os participantes, assim como novos carros de som.

Marinho disse que tem esperança de reverter a situação financeira complicada em que a instituição se encontra. Mas, para isto, precisa de ajuda externa, segundo o presidente, “preservar o bloco não é apenas um dever dos seus dirigentes. É de toda a sociedade”.



O Hino do Bola

A marchinha Quem não chora não mama, de Vicente Paiva e Nelson Barbosa se tornou o Hino Oficial do Cordão da Bola Preta em 1959. E, em fevereiro de 2007, recebeu o título de Patrimônio Cultural Carioca junto com o bloco.

Quem não chora não mama
Segura meu bem a chupeta
Lugar quente é na cama
Ou então no Bola Preta
Vem pro Bola meu bem
Com alegria infernal
Todos são de coração
Todos são de coração
Foliões do carnaval
(Sensacional!)



Macunaíma, o herói brasileiro de todos os tempos

O octogenário do romance modernista que ajudou a construir a nossa identidade

DANIEL CRUZ, JOÃO FERNANDO CHAPADEIRO E LAILA MESQUITA

Há 80 anos o escritor Mário de Andrade revolucionou a literatura brasileira com um personagem tipicamente brasileiro, o herói sem caráter. *Macunaíma*, publicado em 1928, trazia uma releitura da imagem do povo brasileiro, lançando mão de inovações literárias bastante modernas para a construção de uma identidade de Brasil.

O romance tinha como principal missão valorizar as raízes da cultura brasileira em igualdade com as demais culturas. A sociedade da época era altamente influenciada pela cultura européia e, com isso, não reconhecia de forma positiva uma identidade própria do Brasil. O livro de Mário de Andrade é uma das grandes obras representativas do movimento modernista brasileiro e do ideal antropofágico.

Macunaíma recebeu muita influência da Semana de Arte Moderna, de 1922, e se encaixa na primeira geração da literatura brasileira preocupada com a ruptura e a rejeição da herança com o passado. “Somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”, afirmou Sérgio Buarque de Holanda, sociólogo, historiador e autor do livro *Raízes do Brasil*, outra importante obra da sociologia e da his-

tória brasileiras a construir uma imagem própria de Brasil e revolucionar o pensamento da época.

Para Maria Consuelo, professora do Departamento de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a pesquisa feita por Mário de Andrade foi muito importante para a criação do personagem. “Mário trabalhou com material indígena. Fez uma colagem de mitos e lendas, que pesquisou durante suas muitas viagens. Passou por muitas tribos indígenas. Sua linguagem foi inovadora, era uma tentativa de incorporar termos indígenas. Macunaíma é uma palavra indígena (significa ‘o grande mal’). No capítulo 9 do livro ele usou linguagem da época do descobrimento para mostrar como a nossa linguagem estava defasada, arcaica. Foi uma crítica para ridicularizar a linguagem erudita e pedante que era usada na época”.

Na década de 1920, durante o movimento modernista, Mário de Andrade tinha a ambição de tornar o Brasil uma nação com características próprias, conquistando nossa individualidade cultural. Nessa tarefa, baseando-se em teorias históricas e filosóficas, o autor empenhou-se em produzir um trabalho que afirmasse a



Grande Otelo foi Macunaíma no cinema

identidade nacional e assim criou *Macunaíma*.

“Na época, Mário foi um dos primeiros intérpretes do Brasil em ficção. Euclides já tinha interpretado o Brasil em 1902 (*Os sertões*), mas não era ficção. O personagem seria uma espécie de retrato do brasileiro, indivíduo e não sociedade. Mário escreveu *Macunaíma* tentando investigar o caráter do brasileiro. Ele mesmo chamou de herói sem nenhum caráter. Foi uma interpretação, antes de tudo, psicológica”, afirmou Maria Consuelo.

Macunaíma tornou-se um dos livros mais importantes da literatura brasileira. Há nele a ruptura lingüística, que mistura a linguagem culta, urbana e escrita com a popular, regional e oral, para a

construção de uma “língua brasileira”. O significado geral da obra sintetiza uma reflexão crítica sobre a personalidade do homem brasileiro, herói sem nenhum caráter, que se situa além do bem e do mal. *Macunaíma* se inscreveu como parte de nossa cultura, e incitou polêmicas e desdobramentos em todas as gerações subsequentes.

O herói nas telonas

No final da década de 1960, *Macunaíma* estreou no cinema com grande repercussão. O filme homônimo, com direção de Joaquim Pedro de Andrade e lançado em 1969, revolucionou a estética do Cinema Novo. O herói sem caráter retratado dentro do movimento conhecido por produzir filmes com pouco apelo popular devido à dificuldade de entendimento, bateu recordes de bilheteria e atraiu um número de espectadores nunca antes atingido.

“Até hoje não sei direito se o grande público entendeu ou não,



Cartaz do filme *Macunaíma*

mas foi uma marca histórica para o Cinema Novo. Apesar de ser um filme difícil, acho que a platéia se identificou e se divertiu”, comenta Fernando Ferreira, jornalista e professor do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio.

O professor lembra também que os filmes brasileiros da mesma época, além de não terem uma boa captação de som, eram projetados em cinemas com tratamento acústico de péssima qualidade, o que dificultava a compreensão de alguns diálogos. Mas em 2004, uma equipe de especialistas formada por estrangeiros e profissionais do Brasil concluiu a restauração digital da obra e a cópia foi exibida nos festivais de Cannes e de Nova York do mesmo ano.

Entretanto, para que o *Macunaíma* das telonas conseguisse o reconhecimento que tem hoje, Joaquim Pedro de Andrade enfrentou obstáculos impostos pela ditadura militar. Lançado no ano seguinte ao da decretação do AI-5 (Ato Institucional número 5 - ver artigo na pág. 33), o filme sofreu 15 cortes na primeira passagem pela censura, o que fez o diretor enviar um pedido de liberação integral do filme ao Departamento de Polícia Federal.



Mário de Andrade por Di Cavalcanti

O pensador moderno

Mário Raul de Moraes Andrade nasceu em São Paulo no dia 9 de outubro de 1893 e viveu até 25 de fevereiro de 1945. Foi poeta, romancista, crítico de arte, folclorista, musicólogo e ensaísta brasileiro.

Protagonista da Semana de Arte Moderna de 22, Mário de Andrade deu uma enorme contribuição e teve influência decisiva para a literatura do país, é considerado um dos maiores escritores brasileiros e um dos pioneiros do movimento modernista no Brasil.

Certo de que a inteligência brasileira necessitava de atualização, o escritor modernista nunca abandonou suas maiores virtudes: a consciência artística e a dignidade intelectual. Talvez tenha sido ele quem melhor refletiu sobre a nova poesia brasileira, especialmente nos textos: Prefácio interessantíssimo e A escrava que não é Isaura. Foram de sua autoria também os versos de Paulicéia desvairada, considerada o marco inicial da poesia modernista no Brasil.

Lançado em 1928, *Macunaíma* é, junto a Serafim Ponte Grande, de Oswald de Andrade, a obra que melhor representa o movimento antropofágico dos modernistas brasileiros.



Mário de Andrade por Tarsila do Amaral

“O Mário de Andrade pegou o espírito da brasilidade de uma certa época e talvez para sempre”

Sérgio Rezende

No entanto, somente após entregar um dossiê da imprensa internacional, o cineasta conseguiu que a produção chegasse às salas com apenas três cenas vetadas. Joaquim Pedro lutou por mais 15 anos, e só em 1985, com a abertura política, o longa ficou totalmente livre para exibição na televisão e nos cinemas.

Além das seqüências de nudez, o filme apresenta críticas sociais retiradas da obra de Mário de Andrade, além de mensagens políticas adaptadas pelo diretor. A personagem Ci, uma guerreira amazona no romance original, foi transformada numa guerri-

lheira urbana vivida por Dina Sfat. Adaptações que refletem o momento em que o Brasil e outros países viviam, no final da década de 1960, marcado pelos protestos estudantis nas ruas de Paris e pela marcha dos 100 mil no Brasil.

“Macunaíma foi filmado em 1968, o ano das manifestações, o ano que não acabou. Todo mundo achava que ia conseguir mudar tudo. O filme é uma junção de política e cultura, num momento em que isso foi mais forte”, afirmou Heloísa Buarque de Hollanda, professora e produtora editorial, em um depoimento à filha do

cineasta, Maria Andrade, registrado no DVD do filme lançado em 2006.

Para Miguel Pereira, professor do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, assim como a obra modernista, o longa-metragem de Joaquim Pedro faz uma boa leitura crítica de um protótipo do brasileiro. “Um malandro sem ética e que não se importa com as consequências de seus próprios atos”. Miguel Pereira acredita ainda que o diretor adaptou o livro sob a ótica de Oswald de Andrade, outro ícone da Semana de Arte Moderna de 1922.

Já o cineasta Sérgio Rezende crê que cada momento da história tem seu anti-herói em diferentes esferas: “No Flamengo há o Obina, que é o Macunaíma da vez”, compara. Para o diretor, a produção estrelada por Paulo José não é um filme hermético como os outros do Cinema Novo, e a publicação de 1928 é uma boa tradução do Brasil até hoje: “O Mário de Andrade pegou o espírito da brasilidade de uma certa época e talvez para sempre.”



Um movimento em busca de uma identidade própria

A também chamada Semana de 22 aconteceu em fevereiro, no Teatro Municipal de São Paulo, e foi aberta com a conferência de Graça Aranha intitulada “A emoção estética da arte moderna”.

O evento marcou a emergência do modernismo no país e foi o ápice da insatisfação da sociedade brasileira com os padrões culturais vigentes, submetidos a modelos importados.

A busca de uma arte verdadeiramente brasileira foi resultado de uma inquietação que surgiu a partir do século XX por parte de artistas e intelectuais da época. Neste período repleto de agitações, os intelectuais brasileiros resolveram abandonar os valores estéticos antigos e introduzir um estilo diferente, moderno, que valorizasse a cultura nacional.

A Semana de 22 foi a explosão de idéias inovadoras que aboliam a perfeição estética do século XIX. Entre os importantes nomes que participaram da Semana de Arte Moderna estavam os escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira, os artistas plásticos Anita Malfati e Di Cavalcanti e o músico Villa-Lobos.



Lampião, Virgulino e o mito

70 anos do fim do Cangaço

KAROLINA GOMES, MONIKA HACKMAYER E VIRGINIA PRIMO

Na madrugada de 28 de julho de 1938, um grupo da polícia liderado pelo tenente João Bezerra, surpreendeu Lampião e seu bando na fazenda Angico, em Sergipe, onde estavam assentados. O Rei do Cangaço Lampião, sua esposa Maria Bonita e outros 10 cangaceiros foram degolados e tiveram suas cabeças expostas como troféu nas escadarias da Igreja de Santana do Ipanema. Setenta anos depois, a data é lembrada como o marco do fim do Cangaço e o início de sua consagração como um mito.



A parceria inabalável de Lampião e Maria Bonita

Tido por muitos como um justiceiro social e por outros como um bandido que matava a sangue frio, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, foi o cangaceiro que mais acendeu a imaginação popular. Uma das lendas que explica seu apelido diz que ao se apresentar ao bando de cangaceiros, aos 17 anos, Virgulino usou um truque que transformava um fuzil em metralhadora. A mágica consistia em amarrar ao mesmo tempo um lenço no cotovelo e na peça do disparador, de modo que quando acionasse o gatilho, o fuzil se armasse. Até hoje no Nordeste esse feito é conhecido como o “pulo do Lampião”.

“Minha mãe me dê dinheiro/ Pra comprar um cinturão/ Pra viver melhor no mundo/ É andar mais Lampião”. Esses versos, cantados pela população sertaneja da época, representavam a visão popular que tinha o cangaceiro como uma alternativa ao vazio de poder deixado pelo Estado.

O próprio Virgulino afirmava não confiar na ação da justiça pública, razão pela qual decidiu entrar para o movimento, em 1916. O sertanejo pretendia vingar o assassinato de seu pai, morto em uma busca policial: “Não perdi tempo e resolutamente arrumei-me e enfrentei a luta”, afirmou em entrevista histórica concedida na época ao jornalista Octacílio Macedo.

Vera Ferreira, neta do cangaceiro, complementa: “Muita gente desconhece os motivos que o levaram (Lampião) a entrar no cangaço, preferindo julgar sem conhecimento, pois é mais fácil julgar pelo que ouviu a buscar conhecer a história.”

A idéia de que Lampião teria sido um *Robin Hood* sertanejo, que tirava dos ricos para dar aos pobres, é contestada por muitos, pois a revolução social que Virgulino aparentava defender, estava conivente com a própria elite agrária, que precisava dos bandos e de sua “valentia” para estabelecer a ordem social na então República Velha.

Segundo Carlos Rostand de Medeiros, pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Virgulino agia como um guerrilheiro popular sem cau-



sa: “Na verdade, se Lampião tinha alguma causa, no início era a vingança, mas depois foi apenas a ganância por dinheiro e poder”, afirma Rostand, bisneto do falecido coronel Quincó da Rajada.

O pesquisador, que visitou diversas cidades nordestinas onde se estabeleceram grupos de cangaceiros, confirmou que a morte de Lampião e de Maria Bonita

“O cangaceiro é um personagem que se enraíza na história, mas que consegue se descolar dela. Por isso se transformou em um mito”

Hernani Heffner

deixou seus companheiros sem orientação de como seguir adiante, marcando a morte do Cangaço na sua forma tradicional. Segundo ele, muito se publicou após a morte do Rei do Cangaço: “a esquerda *puxou* Lampião para a idéia de contestação do poder público, tornando sua figura apreciada entre os intelectuais”.

Mas sua figura não foi só apreciada por intelectuais e marxistas. Embora Lampião e o bando tivessem tido as cabeças cortadas na emboscada em Sergipe, “suas ações criaram fortes raízes no imaginário do povo que, carente de heróis, ergueu, com dinheiro público, uma estátua para ele, em uma colina de Serra Talhada”, acrescentou Evandro Domingues, professor e colecionador de material sobre o Cangaço.

Até os próprios coronéis necessitaram da apreciação popular das ações de Lampião para justificar a impunidade dos cangaceiros, conforme explica o jornalista e escritor, Júlio José Chiavenato, no livro *Cangaço – A força do coronel*.

Como explicar a vitória de um pequeno bando sobre a polícia de oito estados se não pelos “superpoderes” dos cangaceiros? Ou seja, a própria polícia, muitas vezes subornada pelo movimento, supervalorizava a “valentia” cangaceira para encobrir sua deficiência.

“Não é muito diferente do que vemos nas favelas brasileiras atualmente...”, comentou o colecionador Evandro Domingues.

A permanência na atualidade de um poder paralelo, da corrupção policial e da conivência popular com a criminalidade têm origem na herança do co-

ronelismo e do Cangaço, afirma também o pesquisador Rostand de Medeiros. Para ele, o que estava em jogo era o interesse econômico: “Sua organização era baseada no dinheiro, na propina dada aos policiais e autoridades que lhe forneciam armas. No Rio de Janeiro, traficante não dura muito, por que então Lampião viveu 18 anos no Cangaço? Serão apenas suas habilidades guerreiras? Sua invencibilidade? Corpo fechado? Nada disso, apenas grana”, pontuou.

Terra sem lei

A grande seca de 1877 é o pano de fundo para o surgimento do Cangaço. A seca arrasou o Nordeste, criou uma massa de flagelados, além de tumultos em várias regiões: vilas eram invadidas e os saques eram frequentes. O banditismo se revelou uma revolta espontânea contra a situação social. Assaltos a fazendas, seqüestros e grandes roubos a comboios e armazéns faziam parte deste cenário.

Nesse sertão desestruturado, vários coronéis perderam o poder. No sul do Ceará, no Vale do Cariri, em 1901, os coronéis usaram pela primeira vez, de modo organizado, bandos de sertanejos para impor a “ordem social”. Dos retirantes que se refugiaram no Vale do Cariri, em busca da proteção do *Padre Cícero* surgem grupos rebeldes que, além de agir sob a vontade dos coronéis, partiam para o crime como forma de sobrevivência e revolta contra as classes dominantes.

O fanatismo religioso reuniu grupos que entoavam cantos e ladainhas, à espera de um milagreiro. Figuras como Padre Cícero, Antônio Conselheiro e José

Quem era quem no Cangaço?



O coronel: o dono da terra; representa o legítimo árbitro social, mandando em todos (do padre à força policial), com o apoio integral da máquina do Estado. Contrariar o coronel, portanto, é algo a que ninguém se atreve.

Jagunços ou capangas: aqueles assalariados que trabalham para os “coronéis” como vaqueiros, agricultores ou mesmo assassinos, defendendo com unhas e dentes os interesses do patrão, de sua família e de sua propriedade.



ILUSTRAÇÕES FLAVIO COLIN



Volantes: para combater o Cangaço, esse novo fenômeno social, o Poder Público cria as “volantes”. Nestas forças policiais, os seus integrantes se disfarçavam de cangaceiros, tentando descobrir os seus esconderijos. Logo, ficava bem difícil saber ao certo quem era quem. Do ponto de vista dos cangaceiros, eles eram, simplesmente, os “macacos”.

Coiteiros: a polícia chama de “coiteiros” todas as pessoas que, de alguma forma, ajudam os cangaceiros. Os residentes no interior do sertão – moradores, vaqueiros e criadores, por exemplo – se inserem, também, nessa categoria.



***“Mas quando resolve dizer não,
o nordestino vira leão e grita
sua revolta na cara da
minoria opressora”***

Vera Ferreira



Fotos de Lampião

Maria surgiram na história como uma forma de confortar a massa de sertanejos, desolada pela dificuldade de acesso à terra.

Assim como Virgulino Ferreira, o primeiro líder cangaceiro entrou para o Cangaço por vingança. Jesuíno Alves de Melo Calado, o “Jesuíno Brilhante”, famoso por sua pontaria, começou a agir em 1870, após o episódio em que seu irmão levou uma surra de policiais.

“A índole do nordestino é, normalmente, humilde, pacífica e cordata. É um sujeito bonachão, alegre e divertido, embora duro e rude em suas maneiras. Mas quando resolve dizer não, o nordestino vira leão e grita sua revolta na cara da minoria opressora”, afirma o texto da jornalista Vera Ferreira, neta de Lampião, no site oficial que mantém sobre o avô.

O último dos cangaceiros, que herdou o poder de Lampião, foi Corisco, o “Diabo louro”, interpretado por Othon Bastos no filme *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), de Glauber Rocha. Corisco e sua esposa

Dadá pertenceram ao grupo de Lampião. Corisco foi assassinado dois anos após a morte do Rei do Cangaço e também teve a cabeça decepada e exposta.

Cangaço cultural

Com exceção do pioneirismo romântico de Franklin Távora, que escreveu em 1876 *O cabeleira*, a literatura brasileira chega ao tema do Cangaço com certo atraso. O romance *Os cangaceiros*, de José Lins do Rego, e a peça *Lampião*, de Rachel de Queiroz surgem 15 anos após a emboscada de 1938. A literatura popular, por sua vez, já se dedicava ao assunto desde a virada do século: o mais antigo folheto sobre um cangaceiro – *A vida de Antônio Silvino*, de Francisco das Chagas Batista – foi publicado em 1904.

A literatura de cordel, praticada, sobretudo, em Pernambuco, Paraíba e Ceará, tratava de forma fantasiosa as façanhas de Lampião, ora refletindo o medo ora a admiração da mentalidade popular. Descompromissados, satíricos e muitas vezes sádicos

Histórias de Lampião

*“Uma vez numa cidade
Lampião apareceu
Cinco rapazes pegou
E de punhal abateu
Tirando o sangue de um deles
Um de seus cabras bebeu.*

*Um rapaz que estava noivo
Num esteio ele amarrou
A noiva fez ficar nua
Com ferro em brasa a marcou
E ao noivo desesperado
O criminoso castrou”.*

(Combate e morte de Lampião, de Zé Vicente)

*“Logo nos primeiros tiros
Nosso povo esmoreceu
Cinco morreram na bala
E quarenta e quatro correu...”.*

(O que me disse um soldado que milagrosamente escapou das unhas de Lampião, de João Martins de Ataíde)



*“O vigia foi e disse
A Satanás no salão:
— Saibo vossa senhoria
Que aí chegou Lampeão
Dizendo que quer entrar
E eu vim lhe perguntar
Se dou-lhe o ingresso ou não.
— Não senhor, Satanás disse
Vá dizer que vá embora
Só me chega gente ruim
Eu ando muito caipora
Eu já estou com vontade
De botar mais da metade
Dos que tenho aqui p’ra fora”.*

(Chegada do Lampião ao inferno, José Pacheco)

com as matanças dos cangaceiros, os autores de cordéis improvisavam versos a serem distribuídos em feiras e botequins, impressos sempre com as famosas ilustrações de xilogravura.

No cinema, o atraso se repete. É tardiamente e também pela via popular que o Cangaço chega às grandes telas. Em *O cangaceiro* (1954), ao som de *Olê, mulher rendeira*, a figura do cangaceiro alcança a crítica internacional. Premiado no Festival de Cannes, o filme de Lima Barreto mostra o cangaceiro como representação de uma identidade tipicamente brasileira.

“O que se vê no filme é o cangaceiro idealizado como um sujeito corajoso, raçudo, ético, violento, mas com uma violência que segue uma lógica. Como um sujeito que se afirma a partir da condição de autonomia perante a lei, perante a polícia, perante a sociedade”, explica Hernani Heffner, professor de cinema da PUC-Rio e conservador da Cinemateca do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro.

A essa visão folclórica, Glauber Rocha acrescentou a visão do Cangaço como resistência popular, ao dirigir, em pleno ano de 1964, *Deus e o diabo na terra do sol*. Inspirado na linguagem metafórica da literatura de cordel, Glauber afirma seu discurso de revolução popular através da frase repetida no filme: “O sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão”.

A partir da década de 1960, filmes com a temática sobre Cangaço tornam-se um gênero comercial do cinema nacional. Ao transportar a linguagem do *Western* americano, o cinema brasileiro cria o gênero *Nordestern*, de forte apelo sobre o público.

Em 1965, entretanto, com *Memórias do Cangaço*, Paulo Gil Soares traça uma consideração mais real sobre esse acontecimento. No filme, ele recupera as únicas imagens filmadas sobre Lampião e seu bando, feitas pelo fotógrafo Benjamin Abrahão na década de 1930, reinserindo o cangaceiro dentro de um circuito histórico e social.

Essa visão minuciosa sobre o mito foi retomada em filmes mais recentes, como *Baile perfumado* (1997), de Paulo Caldas e Lírío Ferreira, que mostra a decadência de Lampião pouco tempo antes de sua morte. Sobre a permanência da atração cultural pelo tema, o pesquisador afirma: “O cangaceiro é um personagem que se enraíza na história, mas que consegue se descolar dela. Por isso se transformou em um mito. O mito pode servir para qualquer discurso, sobretudo quando você tem valores positivos para associar a ele. O cangaceiro é o justo, o corajoso, quando a situação propicia a isso. Quando não, ele simplesmente aplica a lei dele, que é a lei do direito natural”.



10 filmes para conhecer o Cangaço



Corisco, o diabo loiro no filme de Glauber Rocha

Lampião, o Rei do Cangaço (1936) – Benjamin Abrahão

O cangaceiro (1954) – Lima Barreto

A morte comanda o Cangaço (1961) - Carlos Coimbra

Três cabras de Lampião (1962) – Aurélio Teixeira

O lamparina (1963) - Glauco Mirko Laurelli

Deus e o diabo na terra do sol (1964) – Glauber Rocha

Memória do Cangaço (1965) – Paulo Gil Soares

Maria Bonita, Rainha do Cangaço (1968) - Miguel Borges

Corisco e Dadá (1996) – Rosemberg Cariry

Baile perfumado (1997) – Paulo Caldas e Lírío Ferreira

MAM do Rio e de São Paulo já são sexagenários

Museus de Arte Moderna do Rio de Janeiro e de São Paulo comemoram aniversário em 2008

ANA CAROLINA OLIVEIRA, CLARA LUGÃO E MARCELA MONTEIRO

Os dois principais museus de Arte Moderna do Brasil, o do Rio de Janeiro e o de São Paulo, completam 60 anos de existência em 2008. As comemorações já constam no calendário de atividades das duas instituições, que preparam surpresas e ações especiais para as datas.

Criados no mesmo ano, 1948, o MAM-SP foi o primeiro museu de arte moderna da América Latina, enquanto o MAM-Rio surgiu logo a seguir, com uma sede provisória no último piso do Banco Boavista, na Avenida Rio Branco.

O início da história dos dois museus também foi bastante similar. Personalidades da elite carioca como Rodrigo de Mello Franco de Andrade e Raymundo Ottony de Castro Maya, no caso do MAM-Rio, e Francisco Matarazzo Sobrinho, em São Paulo, criaram os museus através de iniciativas privadas, sem fins lucrativos, a partir de pequenos acervos e coleções pessoais.

Arte e arquitetura

A primeira sede do MAM-SP ocupava as dependências da Metalúrgica Matarazzo, na Rua Caetano Pinto. O acervo do museu paulista era constituído basicamente pela coleção pessoal de Cicillo, como



era conhecido Francisco Matarazzo Sobrinho, além de doações. E, mesmo incipiente, contava com obras de Picasso, Kandinsky, Dufy, Chagall, Morandi, Volpi, Di Cavalcanti e Anita Malfatti.

Tanto no Rio quanto em São Paulo, os museus acabaram por atender o desejo de vários intelectuais e artistas, sobretudo do movimento modernista, que defendiam o desenvolvimento de um museu de arte moderna.

A mostra “Do Figurativismo ao Abstracionismo”, com curadoria do crítico belga Léon Dégand, marcou a inauguração da primeira exposição do MAM-SP, em 1949, em sua sede própria, na Rua Sete de Abril. A exposição apresentava ao público brasileiro o desenvolvimento mais recente da arte, formando um conjunto de 89 obras, entre as quais se destacavam trabalhos de Arp, Calder, Delaunay, Kandinsky, Kupka, Léger, Miró e Picabia.

Foi só em 1952 que se tornou viável para o MAM-Rio ter uma

sede própria. No final desse ano, a prefeitura concedeu para a instituição um terreno de, aproximadamente, 40 mil metros quadrados, em uma área a ser aterrada no Flamengo, com o desmonte do morro Santo Antônio.

A construção da sede do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro foi iniciada em 1953, assinada pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy e com apoio de Niomar Muniz Sodré. A relação entre a obra e o ambiente em que ela estava situada permeou todo o projeto, realizado com estruturas vazadas e transparentes, que trouxe a natureza local para dentro do universo do museu. “Evitar quanto possível que o edifício viesse a construir um elemento perturbador da paisagem, entrando em conflito com a natureza”, justificou Eduardo Reidy na apresentação do projeto do museu.

No projeto inicial constava um museu, um teatro, uma escola de arte e um restaurante, mas a falta de dinheiro não permitiu que

tudo fosse finalizado. Na época, o prédio foi considerado uma bela construção em estilo moderno, a revelação da arte brasileira, emoldurado pelos jardins de Roberto Burle Marx, grande paisagista brasileiro. Porém, foi só após três anos da morte de Reidy (1964) que o bloco de exposições foi concluído. A área do teatro só foi construída a partir de 2000.

Piedade Grinberg, professora do curso de Arquitetura da PUC-Rio e diretora do Solar Grandjean de Montigny, no campus da universidade, é uma grande frequentadora do MAM-Rio, que ela considera um marco arquitetônico.

“Ele não mostra só a questão da Arte Moderna, ele mostra a arte, a arquitetura, o paisagismo e o urbanismo de uma cidade. Você já começa a perceber o que é a Arte Moderna e a Contemporânea quando você chega naquele lugar. É um conjunto de coisas que se tornam mais importantes do que propriamente o que está lá dentro do museu. Quando você

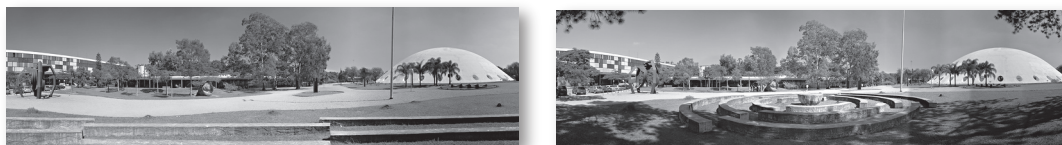
“Quando você vai ao MAM-Rio, você já vai com um espírito diferente, porque tem aquele impacto dos jardins do Burle Marx, da arquitetura e da paisagem deslumbrantes”

Piedade Grinberg



Vista diurna e noturna do MAM-Rio

Numa área privilegiada, na zona sul da capital paulista, o museu integra a estrutura paisagística e arquitetônica projetada por Oscar Niemeyer, em prédio desenhado por Lina Bo Bardi, com salas de exposição, biblioteca, auditório, ateliê e restaurante



Jardim e pérgola do MAM-SP

vai ao MAM-Rio, você já vai com um espírito diferente, porque tem aquele impacto dos jardins do Burle Marx, da arquitetura e da paisagem deslumbrantes”, diz Piedade.

Para Piedade, o MAM-SP também causa esse impacto, porque fica no Ibirapuera, ao lado da Bienal, o que forma um ambiente cultural.

Crises quase fatais

Desde a sua fundação, o Museu de Arte Moderna de São Paulo passou por várias crises provocadas por desentendimentos entre Matarazzo e os rumos almejados pelos conselheiros artísticos e diretores. A situação se agravou com a criação, em 1951, da Bienal do Museu de Arte Moderna, futura Bienal Internacional de São Paulo.

O museu, gradativamente, passou a ter a função restrita de organizar o evento e, com problemas financeiros, a grande concentração de energia e dinheiro nessa atividade fez com que Matarazzo

decretasse, em 1963, a extinção do museu, doando seu patrimônio para a Universidade de São Paulo (USP).

Assim, o MAM-SP perdeu a sede e todo acervo, na época composto por 1.236 obras. Somente em 1967, com uma importante doação da coleção de Carlo Tamagani com 79 obras, entres as quais quadros de Tarsila, Di Cavalcanti, Pancetti, Di Prete e Lívio Abramo, criou-se o núcleo do novo museu.

Em 1969, o MAM-SP reinaugurou com a mostra Panorama de Arte Atual Brasileira, no parque Ibirapuera, local que sua sede ocupa até hoje. Numa área privilegiada, na zona sul da capital paulista, o museu integra a estrutura paisagística e arquitetônica projetada por Oscar Niemeyer, em prédio desenhado por Lina Bo Bardi, com salas de exposição, biblioteca, auditório, ateliê e restaurante.

Em frente ao prédio, fica o Jardim de Esculturas, uma área de seis mil metros quadrados com 28

obras de artistas brasileiros que representam a prática escultórica brasileira do século XX. Entre eles, estão Amilcar de Castro, Franz Weissmann, Carlos Fajardo, José Resende, Elisa Bracher, Ana Maria Tavares e Nuno Ramos.

Em 1998 foi criado, pelo museu de São Paulo, o Educativo MAM, que, como o próprio nome sugere, promove uma série de atividades ligadas à educação e cultura, como cursos, palestras, shows (Acústico MAM e Aeroporto MAM) e cinema (Cinemam).

A partir do desenvolvimento dessas ações, houve um aumento consistente do público do museu, que, em 1994, era de 9.822 pessoas. Em 1996, este número saltou para 109.393, e em 2000, foram registrados 341.819 visitantes.

O acervo do MAM-SP, hoje, com mais de 4,3 mil obras, entre pintura, escultura, desenho, gravura, fotografia, vídeo, instalação e performance, compõe um representativo painel de trabalhos que compreende o final do modernis-

mo, os movimentos Concreto e Neoconcreto brasileiros, as experimentações dos anos 1960 e 1970 e seus desdobramentos entre as práticas contemporâneas. Estão na coleção obras de Waltércio Caldas, Tunga, Vik Muniz, Hélio Oiticica, Rosângela Rennó, Lygia Clark, Cildo Meireles, Beatriz Milhazes, Mira Schendel, entre outros.

O MAM do Rio possuía uma das coleções de arte do século XX mais importantes do Brasil. Mas, um incêndio em 1978 fez com que muitas obras-primas se perdessem. Entre elas, produções de artistas como Miró, Salvador Dalí e Picasso – uma inestimável cabeça cubista e um famoso *Retrato de Dora Maar*.

A reconstrução, em 1982, não levou em consideração o conceito de museu de Reidy e as técnicas de construção por ele utilizadas a fim de proporcionar maior dinâmica ao espaço. Assim, a grande

preocupação com a segurança, já exagerada nos últimos anos de ditadura militar, comprometeu a sensibilidade da obra, indo contra as propostas fundamentais do projeto inicial.

Logo após o acidente, artistas e instituições de diversos lugares iniciaram uma campanha de doação de obras. O governo da França, por exemplo, enviou algumas produções do artista Pierre Souges. Foi necessário, porém, um período maior para que a coleção do museu voltasse a ocupar um lugar de destaque.

Thereza Miranda, gravurista e professora do departamento de Artes e Design da PUC-Rio, foi aluna do ateliê de gravuras do MAM-Rio, na década de 1960, do qual depois se tornou professora. Thereza afirmou que em uma comparação entre o acervo dos dois museus, pode-se dizer que o do Rio levaria a vantagem. “O acervo do

Rio é muito importante, é em comodato, porque não é do MAM, mas do Gilberto Chateaubriand, um dos maiores colecionadores. O acervo que era do MAM-Rio foi todo queimado no incêndio. O acervo do MAM de São Paulo também é bom, mas o nosso é melhor”, disse Thereza.

A gravurista afirmou ainda que a grande diferença entre o MAM do Rio e o de São Paulo é a verba, que é bem maior no caso do museu paulista.

O MAM-Rio abriga ainda uma Cinemateca de grande importância para pesquisadores, artistas e curiosos, que podem revisitar histórias do cinema nacional e estrangeiro. O acervo filmico do museu conta com cerca de 30 mil rolos e é considerado um centro de referência da memória cinematográfica, sendo procurado, inclusive, por instituições internacionais como fonte de pesquisa.



Segurança é problema

A falta de segurança no local é um problema real enfrentado pelo Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. As professoras Thereza Miranda e Piedade Grinberg consideram que a queda da frequência ao MAM-Rio deve-se principalmente aos riscos que se corre para se chegar ao museu.

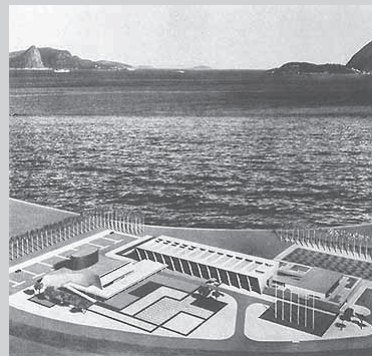
“É um lugar muito deserto e as pessoas têm medo de passar. É um problema que tinha que ser resolvido pela Prefeitura, que podia colocar um ônibus para lá. O MAM com a cinemateca, o Domingo de Papel, era frequentadíssimo e poderia voltar a ser”, lamentou Thereza.

Piedade concorda que a visitação ao MAM-Rio seria maior se houvesse mais segurança para os possíveis frequentadores. E critica ainda os preços das exposições, que considera altos para a média salarial dos brasileiros.

“Se uma família inteira quer ir ao museu, fica muito caro. Isso dificulta que a arte chegue a mais pessoas, o que é muito importante”, lembrou a professora.

Quanto à relação entre a inauguração dos dois Museus de Arte Moderna e o momento histórico por que se passava, Piedade esclarece que, para as grandes cidades daquele momento, era fundamental se estabelecer no campo da arte. “Era o pós-guerra, a modernização e a Arte Moderna estavam vindo com toda força para representar aquele período”, disse Piedade.

Sobre os próximos 60 anos do MAM-Rio, Thereza afirma ser fundamental que haja mais investimento para que ele possa fazer algo pela arte do país. “Nós temos um presidente que não vai ao teatro nem ao museu e não dá valor à educação. O Brasil precisa de pessoas que dêem mais valor à arte, à cultura”, conclui a professora.





Djalma Santos, Pelé e Garrincha

Copa de 1958

Memórias de ouro

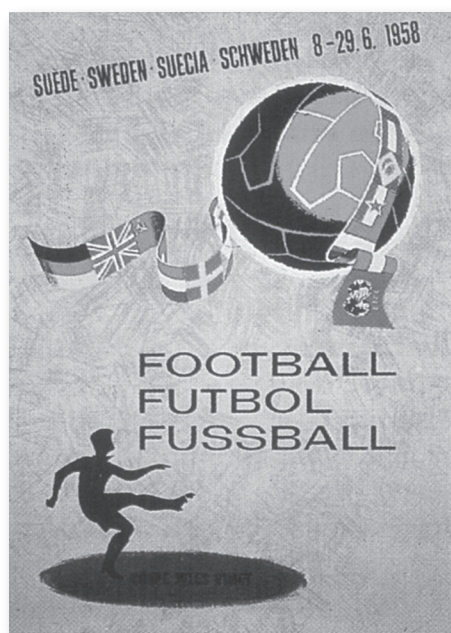
O primeiro dos cinco títulos mundiais de futebol

JULIANA MAIOLINO, PAULO MAURÍCIO E RAPHAEL ANDRIOLO

No ano de 1958, a então seleção brasileira formada por craques como Pelé, Zagallo, Garrincha, Didi, Nilton Santos deram o pontapé inicial para que o futebol brasileiro se tornasse referência em todo o mundo. A seleção nacional conquistava a primeira Copa do Mundo de sua história, se tornava a primeira equipe sul-americana a vencer um mundial na Europa. Também foi nessa época o nascimento do rei do futebol – o ainda garoto de 17 anos Edson Arantes do Nascimento. Passados 50 anos, o brasileiro acabou se acostumando a comemorar: foram mais quatro títulos em Copas (1962, no Chile; 1970, no México; 1994, nos Estados Unidos; e 2002, na Coréia e Japão).

Em 1957, a classificação para a Copa que se seguiria foi complicada. As únicas seleções sul-americanas que estavam na disputa eram Peru e Brasil. Apenas dois jogos decidiram a vaga: o primeiro no Estádio Nacional de Lima, no Peru, com o placar de 1 x 1, e o segundo no Maracanã, no Rio de Janeiro, com placar de 1 x 0, gol de Didi batendo uma folha seca. Vitorioso nos embates com os peruanos, o Brasil se classificou para a Copa do Mundo de 1958.

Nessa época, o futebol brasileiro ainda estava descreditado devido à derrota para o Uruguai em 1950 no Maracanã e à participação medíocre no torneio



seguinte – em 1954, o Brasil não chegou às quartas-de-final. A imprensa, por sua vez, publicava artigos que faziam com que os brasileiros não esquecessem as decepções anteriores.

A campanha para a Copa de 58 começou ainda em 1957 quando Paulo Machado de Carvalho, advogado, empresário paulista e chefe da Comissão Técnica, pediu a João Havelange, então presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), atual CBF, um planejamento para a viagem da seleção. Neste planejamento deveriam estar incluídas todas

as regras a serem respeitadas e as informações essenciais para um bom resultado da equipe. O plano apresentado levou o seu nome: *Plano Paulo Machado de Carvalho*. Uma das novidades exigidas pelo plano foi a formação de uma comissão técnica composta por massagista, dentista, médico, preparador físico, psicólogo, pedicuro e roupeiro, entre outros. Vicente Feola, então técnico campeão brasileiro com o São Paulo Futebol Clube foi o escolhido para dirigir a seleção. Pela primeira vez a comissão seria específica e extensa, com cada homem ocupando sua posição numa organização nunca antes vista. João Havelange nomeou Carlos Nascimento como supervisor.

Com posições bem definidas, os relatos da época mostram que comissão e jogadores formavam uma

grande família. O tripé de comando composto por Feola, Nascimento e o próprio Paulo Machado de Carvalho era comumente aconselhado por jogadores mais experientes, como Didi e Nilton Santos.

O psicólogo da equipe, Dr. Carvalhaes dizia que Garrincha não estaria apto a participar da Copa, pois o resultado de seus exames psicotécnicos registrou não haver maturidade suficiente no jogador para participar de um torneio tão importante. No entanto, dentro de campo Garrincha provou que era justamente o seu lado criança que o fazia jogar futebol com tanta alegria e “irresponsabilidade” tal como se estivesse jogando uma pelada.

Com todas essas providências administrativas, mesmo que a equipe não saísse vitoriosa, os dirigentes mostrariam a disposição de eliminar as semelhanças com os comandos de 1950 e 1954, que não conseguiram levar o país a vitória.

As Copas anteriores

Em 1950 o campeonato foi realizado no Brasil e o Estádio do Maracanã, palco da partida final, foi construído especialmente para o evento. No dia 16 de julho, quase 200 mil torcedores se calaram perplexos com a vitória uruguaia, um deles era Mario Jorge Lobo Zagallo.

“Eu estava no exército, tinha 19 anos, e tive a oportunidade de ver a final de 1950 entre Brasil e Uruguai. Foi uma festa magnífica, inesquecível, mas no final veio a tristeza geral e o Brasil perdeu por 2 x 1. Nunca imaginei que oito anos depois estaria vestindo a amarelinha” – afirmou Zagallo.

Em 1954, após 16 anos, a Europa voltava a sediar a Copa do Mundo, dessa vez os jogos foram realizados na Suíça.

Essas duas Copas foram marcos negativos na história do futebol brasileiro e precisavam ser esquecidos ou ao menos superados. O povo brasileiro acabou ficando com um “complexo de inferioridade”, conforme dizia o jornalista Nelson Rodrigues. Esse conceito foi a base de discussão para o Plano Machado de Carvalho. A premissa para qualquer convocação deveria ser: homens de caráter forte antes de craques. Isso significava deixar de fora da competição grandes nomes que haviam jogado em 1954 e até mesmo em 1950, decisão muito questionada pela imprensa brasileira.

O regime de concentração também seria diferente do das seleções anteriores, em 1958 os jogadores e toda a comissão técnica ficaram confinados durante três meses, deixando para trás mulheres, filhos e outros compromissos. Além disso, outras medidas





Legendas da página anterior: acima um treino da seleção, abaixo o técnico Feola e o preparador físico Paulo Amaral vibrando num gol do Brasil; nesta página: Didi um dos jogadores líderes do time brasileiro, Zagallo o "formiguinha" e Paulo Machado de Carvalho, responsável pelo planejamento do escrete brasileiro

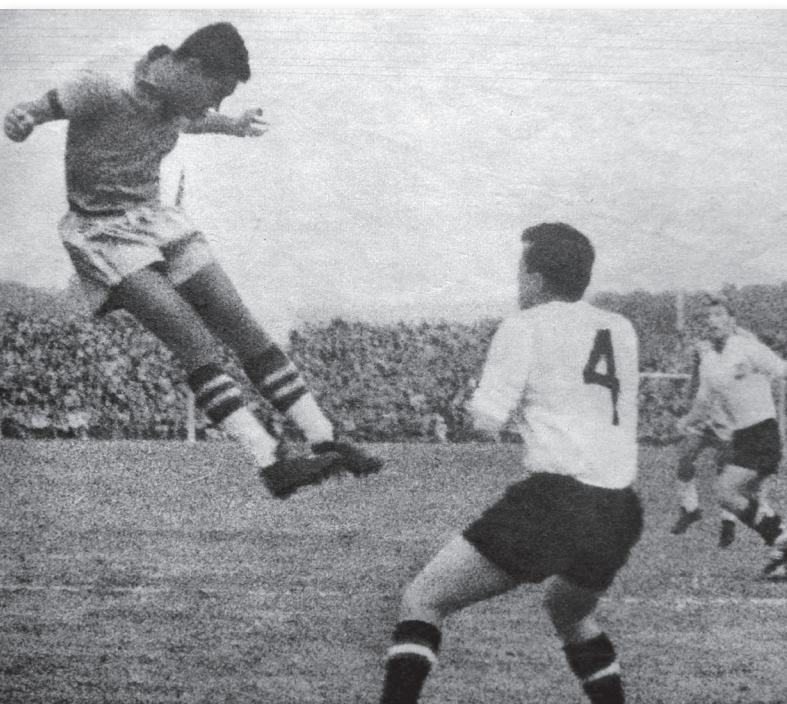
foram tomadas para que a concentração da equipe não fosse atrapalhada. Djalma Santos, considerado o melhor lateral direito da Copa, mesmo só tendo jogado a partida final, tinha o hábito de ler histórias em quadrinhos e preferia ficar no quarto com seus gibis a ir passear com outros jogadores, contrariando as recomendações dos dirigentes nos dias de domingo. Esse hábito foi respeitado por Paulo Machado, mesmo achando importante o passeio pelas cidades onde a seleção estava concentrada. Para "aliviar" a tensão dos jogadores, segundo Paulo Planet Buarque, algumas mulheres suecas eram contratadas para satisfazer os desejos sexuais, mas não sem antes serem examinadas pelo médico Hilton Gosling.

Muitas histórias são contadas em torno do ambiente da concentração, seja em Poços de Caldas (MG), Araxá (MG) ou no hotel no qual a seleção ficou hospedada em Hindas, na Suécia. Os negros eram a sensação das moças suecas, e todos, sem distinção de beleza, eram vistos como "deuses de Ébano" e os primeiros a conseguir companheiras loiras para passeios e festas. Numa ocasião de celebração pela vitória do *scratch*, ou time, no qual o menino-ídolo, Pelé, não quis participar, Moacir se fez passar pelo craque com o intuito de conseguir as moças loiras que estavam à procura do craque goleador. Essa história é comumente lembrada em entrevistas sobre a época.

As partidas

O primeiro confronto da equipe brasileira foi contra a Áustria. Para vencer o descrédito era necessário vencer o primeiro jogo. Mesmo entrando em campo com esse pensamento, o *scratch* passou os primeiros 20 minutos de jogo quase sem tocar na bola. Acharo que seria uma partida fácil, os austríacos se descuidaram da defesa, e abriram chance para três contra-ataques com possibilidades de gols. O Brasil soube aproveitar as raras oportunidades e a partida terminou em 3 x 0. Nesse jogo foi testado o esquema 4-3-3, no qual Zagallo cobria Nilton Santos quando esse tentava se aproximar dos atacantes. A tática teve bom resultado e, nos jogos seguintes, Nilton Santos atuou mais próximo ao ataque. Até hoje o 4-3-3 é utilizado, mas para a época era um esquema totalmente inovador. Dessa organização tática se devem os três gols da partida, que saíram de tabelas entre Nilton Santos (dois gols) e Mazzola (um gol).

O segundo jogo foi contra a Inglaterra onde se obteve um magro empate de 0 x 0 e o terceiro jogo, fundamental para a classificação às quartas de final, foi contra a URSS. Para esse jogo Feola, pressionado por



Inglaterra e País de Gales foram adversários difíceis



Vavá, centro-avante e artilheiro

Nilton Santos, Didi e Bellini, escalaria o time com a presença de Pelé, Zito e Garrincha. Resultado: Brasil 2 x 0, dois gols de Vavá.

O quarto confronto, contra o País de Gales, é considerado por alguns jogadores o mais difícil de toda a campanha brasileira. Os adversários jogavam com 10 atrás e um recuado, como se dizia na época. Era a defesa mais cerrada e violenta de toda a Copa e parecia um milagre furar aquele paredão. Gales praticamente não atacava e o Brasil não conseguia ultrapassar a linha do meio campo. Mas, com grande habilidade e inteligência, Pelé se posicionou na área de costas para o marcador como se não tivesse possibilidades de receber a bola que seria passada por Didi. Num lance rápido, o menino se desvirou, esperou a bola quicar no chão e encobriu a zaga galesa com um chapéu jamais esquecido. Esse foi considerado o gol mais bonito de todo o campeonato. O que parecia impossível aconteceu e ao vencer a seleção do País de Gales por 1 x 0 o Brasil se classificava para a semifinal contra a França.

A semifinal

Estava por vir o tripé do ataque mais famoso da Copa: Fontaine, artilheiro do campeonato com 13 gols em seis jogos, Piantoni e Kopa. A França era a equipe que jogava um futebol muito semelhante ao da seleção brasileira e, como ambas as seleções tinham grandes jogadores, a partida prometia grandes momentos. O Brasil temia o ataque francês, mas a vitória contra Gales encheu o coração dos jogadores de confiança e vontade para superar mais um desafio. Enquanto a França se preocupava apenas em atacar, o Brasil além de atacar, se defendia. O resultado do confronto foi 5 x 2 para os brasileiros com três gols de Pelé, um de Vavá e um de Didi. Fontaine marcou aos nove minutos do primeiro tempo e Piantoni descontou para os europeus faltando 10 minutos para o apito final. Com esse resultado, o Brasil se classificou para disputar a final da Copa contra a dona da casa, a Suécia.

A final

Como as duas seleções tinham uniformes oficiais onde predominavam a cor amarela, foi realizado um sorteio para resolver quem teria o privilégio de usar o uniforme oficial. A Suécia ganhou o sorteio e obrigou o Brasil, a seleção da amarelinha, a jogar com camisa de outra cor. Foi então encomendado um uniforme de cor azul e Paulo Machado de Carvalho, ao perceber que os jogadores, mesmo os não supersticiosos, tinham

ficado desolados com a mudança da camisa oficial, passou a dizer a todos que o Brasil ia ganhar a Copa porque ia jogar a final com a cor do manto sagrado de Nossa Senhora Aparecida, santa da qual ele era muito devoto. O argumento surtiu efeito e a nova motivação criada pelo chefe da delegação, acalmou os jogadores que voltaram a confiar na vitória.

“Ele puxou pelo lado da fé, do sagrado, para nos motivar na final. A camisa azul foi feita na Suécia e colocaram o escudo da CBD lá mesmo”, afirmou Zagallo. A Suécia contava com os craques Liedholm, Hamrin e Nakka Scoglund para derrotar os brasileiros. Com o lateral direito De Sordi sem condições de jogo, entrou Djalma Santos. Mais uma vez a imprensa brasileira não perdoou e alardeou uma possível derrota brasileira por culpa de De Sordi estar com medo dos suecos. Paulo Amaral, preparador físico fez testes com o jogador até a véspera da partida final, mas o lateral ainda sentia dores quando o músculo lesionado era forçado. Djalma Santos ainda não havia entrado em campo oficialmente, mas se mostrava pronto para enfrentar os loiros suecos, assim como enfrentava seus companheiros de equipe nos treinos. Com certeza não era a partida mais difícil para o selecionado brasileiro, mas naquele dia, vieram à cabeça dos jogadores as derrotas de 1950 e 1954. A tensão era expressão dominante em todos os rostos enfileirados para ouvir o hino nacional.

“Na decisão de 1958, quando tomamos o primeiro gol e saímos perdendo para a Suécia, me lembrei da final de 1950, mas reagimos e ganhamos de 5 x 2. Foi uma partida inédita e inesquecível”, confessa Zagallo.

Além da tensão pela entrada de Djalma Santos, havia outro fator que provocava grande angústia nos brasileiros: a chuva. Na madrugada anterior ao jogo havia chovido muito em Estocolmo e algumas providências deveriam ser tomadas para amenizar as dificuldades da grama pesada. As travas das chuteiras já estavam sendo trocadas quando Paulo Amaral viu alguns homens retirando uma lona grossa do campo e alguns outros retirando a água que havia escapado com grandes esponjas. Para os suecos seria vantagem jogar com chuva, pois os brasileiros não estavam acostumados com a grama pesada, mas a organização da Copa se precaveu e cobriu o gramado no dia anterior com uma lona que não deixava a água escoar para o campo de jogo. A chuva não mais atrapalharia os planos brasileiros.



Garrincha entortava os beques europeus



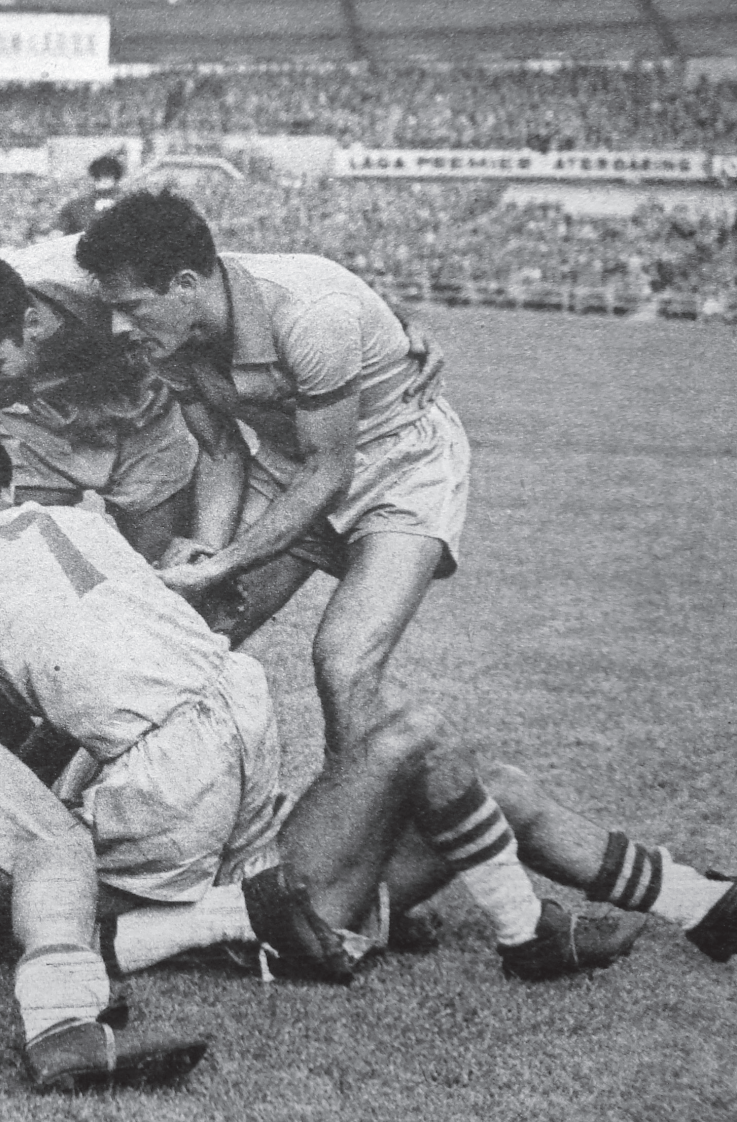
Nilton Santos, a enciclopédia do futebol

O início do confronto foi tranqüilo até o quarto minuto de partida quando, por um descuido da defesa brasileira, Nils Liedholm abriu o placar. O primeiro pensamento de todos os jogadores, comissão e também daqueles que acompanhavam a partida pelo rádio era “será que vamos repetir o vexame de 1950”? “Será que mais uma vez o Brasil não sairá vitorioso mesmo tendo tantos jogadores excepcionais?”. Num time que tinha Nilton Santos, Pelé e Garrincha, Didi foi considerado pela crítica esportiva da época o melhor jogador da Copa. Após o gol de Liedholm, os jogadores pareciam não ter mais ânimo para continuar, como disse o próprio Didi, “pareciam ter perdido todo o sangue do rosto”. Vendo que seus companheiros haviam se desesperado e que só conseguiam ter na mente a derrota no Maracanã para o Uruguai, o deus etíope caminhou tranqüilamente desde o meio campo até dentro do gol brasileiro. Pegou a bola que ainda estava encostada à rede e, com “a menina” nos braços, foi andando novamente em direção ao meio do campo. Com quem encontrou pelo caminho, Didi falou palavras animadoras e aos companheiros do Botafogo, como Nilton Santos, lembrou da vitória do time contra a equipe sueca. Alguns jogadores ficaram nervosos com a atitude de Didi, achavam que tinham que correr para tentar reverter o marcador. Zagallo foi ao encontro do companheiro e tentou convencê-lo a se apressar. Didi não ouviu os conselhos e terminou ainda muito tranqüilo seu percurso, como se dissesse ao mundo: “Vamos virar. Ainda temos 86 minutos de partida. O nosso desespero é a maior arma sueca”. Calmamente, Didi posicionou a bola no centro do campo e esperou o apito do árbitro francês Guigue para reiniciar a peleja. No lance seguinte, Didi lançou a bola para Garrincha que conduziu com categoria até à grande área sueca e chutou rente à trave. Com menos de seis minutos de partida, os brasileiros chutaram duas vezes ao gol sueco, mostrando que o gol de Liedholm não seria capaz de acabar com a sede de gols de Garrincha, Pelé e Vavá. Aos sete minutos, Zagallo salva de cabeça uma bola lançada por Nakka Scoglund que estava sem alcance para o goleiro Gilmar. Aos nove minutos Vavá surpreendeu a zaga sueca e marcou um bonito gol. Com 10 minutos de partida já estava 1 x 1 e os brasileiros, graças à sabedoria de Didi, já estavam recuperados do trauma do primeiro gol. Vavá voltou a marcar aos 32, Pelé aumentou aos 55 e Zagallo tranqüilizou a todos com um gol de bico aos 68. O placar estava em 4 x 1 e os depoimentos de hoje apontam o quarto gol como o divisor de águas entre a certeza da vitória e as lembranças de



Mais um gol brasileiro

1950. Agne Simonsson chegou a marcar faltando apenas dez minutos para o fim do jogo, deixando o placar em 4 x 2. Mas Pelé queria mais e com um toque de Garrincha que o deixou livre, o rei marcou um lindo gol. Sem conseguir conter a emoção de ser campeão do mundo aos 17 anos, o menino desmaiou logo depois de chutar a bola e ver a rede balançar. Garrincha correu para socorrê-lo e logo chegaram outros jogadores. Entretanto, a alegria era tanta que aquele momento tenso perdeu importância e todos já comemoravam em volta do rei. Já consciente, Pelé foi levantado por Garrincha e Didi que o carregaram feito troféu ao lado de todos os outros jogadores brasileiros e membros da comissão técnica. A partida que não teve um apito final devido à confusão com o desmaio do craque, terminou em 5 x 2 com a equipe aplaudida de pé por todos os torcedores suecos no Estádio de Rasunda, em Estocolmo. Os brasileiros se divertiam em campo e, em



especial Garrincha, fazia rir os torcedores de todas as nacionalidades.

“Com apenas 17 anos, o Pelé já tinha um nível técnico muito bom e não sentiu o peso de uma Copa do Mundo. De fato, ele era um gênio e foi o melhor jogador do Mundo. Outro igual não vai aparecer nunca, mas a gente não pode esquecer do Garrincha, que foi outro grande jogador que o Brasil já teve” – lembra com saudades o companheiro Zagallo.

A torcida, quase em totalidade sueca, pedia para não terminar o jogo, pois estava se divertindo vendo o confronto. A beleza aliada à técnica de futebol, a calma e o comando em campo de Didi, as pernas tortas de Garrincha que deixaram Axbom sem saber como marcá-lo, os gols do craque Pelé e do “leão da Copa” Vavá, a felicidade em campo, a harmonia dos jogadores e até mesmo o técnico gordo, Vicente Feola, deixaram a Suécia perplexa e comovida. No final da partida, como forma de agradecimento por terem

***“A chegada no Brasil foi
indescritível. Jamais poderíamos
imaginar que tinha público nos
esperando desde o aeroporto até o
Palácio do Catete”***

Zagallo

sido tão bem recebidos na concentração em Hindas e por terem sido aplaudidos de pé por torcedores normalmente muito contidos, a seleção brasileira correu em volta do campo com a bandeira sueca estendida. Aquele gesto retribuiu com igual dignidade a presença do rei sueco Gustav II ao campo para entregar pessoalmente a taça Jules Rimet ao selecionado brasileiro de 1958.

O episódio da presença do rei no gramado permitiu um acontecimento verídico que resume o espírito brasileiro e de algumas individualidades da equipe. Com todos reunidos em volta de uma figura tão ilustre que se mostrava igualmente feliz pela vitória brasileira, Mário Trigo, o “dentista anedoteiro”, lançou um desafio a Garrincha: falar com o rei. Sem pensar duas vezes Mané respondeu a Trigo: “King? Que King?”. Era o moleque da pequena cidade de Pau Grande que vivia aquele momento como se estivesse ganhando uma garrafa de guaraná como aposta do amigo Bigode após uma partida num terreno de terra batida.

O retorno vitorioso

A volta ao Brasil foi de pura alegria dentro do avião, o mesmo avião da Panair, com o mesmo comandante a bordo, o Cmte. Bungner, que havia levado com muita tensão a equipe para a Suécia. A primeira escala foi no Recife onde os campeões foram recebidos com muita festa nas ruas e fizeram um desfile no carro de bombeiros. O capitão Bellini erguia com orgulho a taça que, pela primeira vez, estava em solo brasileiro. Em seguida, o avião foi para o Rio de Janeiro, onde, além de muita comemoração nas ruas, houve uma festa para os jogadores organizada pela revista O Cruzeiro.



À esquerda, Belini, Feola e Gilmar com a Taça Jules Rimet, acima à direita o choro de Gilmar após a vitória na final e abaixo, a recepção aos jogadores com a presença do presidente Juscelino Kubitschek

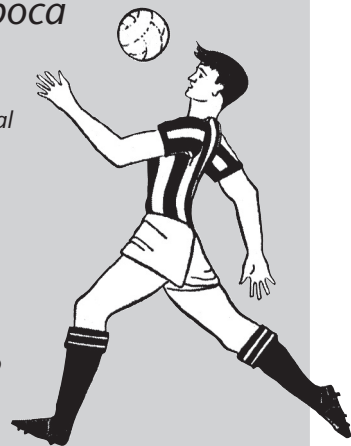
“A chegada no Brasil foi indescritível. Jamais poderíamos imaginar que tinha público nos esperando desde o aeroporto até o Palácio do Catete. O pessoal da revista O Cruzeiro criou um palanque com as esposas dos jogadores, que estavam nos esperando. Foi realmente muito lindo”, conta Zagallo.

“Choramos feito crianças”, palavras de Zagallo, que viu Pelé abraçado nos ombros de Gilmar e Nilton Santos, assim como o próprio “Velho Lobo”. A maioria não chorou em campo e hoje alega que a perplexidade diante do fato era tanta que não havia lágrimas para cair. Os donos do mundo da bola só entenderiam de fato a importância da conquista quando chegaram ao Brasil e entraram em contato com a realidade que haviam deixado para trás três meses antes. Eles conquistaram o primeiro dos cinco títulos mundiais da seleção brasileira de futebol.



Vocabulário futebolístico da época

Arqueiro - goleiro
Goal kipper - goleiro
Half-back - zagueiro central
Beque - zagueiro
Corner - escanteio
Tiro de canto - escanteio
Banheira - impedimento
Hands - mão na bola
No filó - na rede
Jogar o fino - boa atuação
Balisa - trave
Scratch - time
Selecionado - time



AI-5: o golpe dentro do golpe

Mesmo 40 anos depois, o Brasil ainda sofre suas consequências

DANIELE DOMINGUES, MARCOS PINHEIRO E TALITA LIMA

Em 2008, a decretação do AI-5 (Ato Institucional número 5) completa 40 anos. Baixado em 13 de dezembro de 1968, assinado pelo general-presidente Arthur da Costa e Silva, o AI-5 fazia parte de uma estratégia da chamada “linha dura” do regime militar que se encontrava descontente com os rumos da política brasileira. Composto por 12 artigos que instauraram um regime de exceção ainda mais violento do que aquele que estava em vigor, o ato conferiu poderes excepcionais ao Executivo e praticamente eliminou todas as liberdades individuais e institucionais ainda existentes no País. Foi revogado apenas em 1978, pelo general-presidente Ernesto Geisel, na retomada do processo democrático. Durante 10 anos o Brasil viveu sob as rédeas do AI-5, que permitiu, entre outras coisas, o chamado “milagre econômico” e o crescimento da economia patrocinado por volumosos empréstimos externos.

O mundo à esquerda

O ano de 1968 foi marcado por movimentos de protesto em todo o mundo. Na Alemanha, no México, na Grécia e na França, particularmente os estudantes foram às ruas reivindicando mais liberdade e mais atenção dos governos às



Militante sendo reprimido por policiais

políticas sociais. Na França, destacou-se a marcha de 30 mil manifestantes que cantavam o hino da Internacional Comunista enquanto estudantes tomavam a tradicional Universidade de Sorbonne, exigindo reformas no ensino. Até a Igreja Católica apoiou a onda de inovações quando, no 39º Congresso Eucarístico, o papa Paulo VI clamou por justiça social.

Toda essa efervescência não deixou de contagiar os brasileiros. Incentivados pela vontade de derubar a ditadura e inspirados pela alternativa política apresentada pela Revolução Cubana e por Che

Guevara, os grupos de oposição ilegal se multiplicaram. Data desta época, por exemplo, o surgimento de organizações clandestinas como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) também foi formalmente criado em 1968, participando do movimento de resistência à ditadura e incentivando greves operárias em todo país.

Os estudantes, que lideravam os protestos contra o regime implantado pelos militares no Brasil, passaram a receber apoio de

setores da população que tinham sido favoráveis ao golpe de 1964. A Igreja Católica e a classe média percebiam que a prometida “intervenção eventual” dos militares para restabelecer a “combalida moral da nação” com a finalidade apenas de manter a democracia, estava se tornando um regime duradouro e cada vez mais opressivo. Mesmo o grande empresário, importante patrocinador do regime, resignava-se com as baixas taxas de crescimento da economia. Graça Salgado, professora de História da PUC-Rio, lembra que havia contradições políticas entre os que ocupavam o poder: “Os militares estavam divididos quanto aos rumos do regime. Havia divergências entre os ‘castelistas’, militares mais moderados que até então eram maioria, e a chamada ‘linha dura’ ligada ao SNI (Serviço Nacional de Informações) e que defendia o fechamento total”. Certamente a decretação do AI-5 foi uma vitória dos setores mais radicais.

Crescia a oposição política, e junto com ela a repressão policial. A Frente Ampla, movimento de oposição liderado por Carlos Lacerda e seus antigos adversários Juscelino Kubitschek e João Goulart, foi impedida de se articular e as greves operárias de Conta-

gem (Minas Gerais), Osasco (São Paulo) e Cabo (Pernambuco) foram violentamente reprimidas. O regime militar ainda promoveu atentados contra os Teatros do Galpão e Ruth Escobar (São Paulo) e Opinião (Rio de Janeiro). A escalada da violência policial culminou com o assassinato do estudante Édson Luís de Lima Souto no Restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, por agentes da repressão que suspeitavam de seu envolvimento com grupos ilegais de oposição. Assustada, a mesma classe média que apoiara o golpe de 1964, participou maciçamente da passeata dos 100 Mil, no Rio de Janeiro, que exigia a redemocratização do País.

Nos dias 2 e 3 de setembro de 1968 o deputado Márcio Moreira Alves (MDB) discursou na Câmara, pedindo que as pessoas boicotassem o desfile da Independência, em 7 de setembro, e que as mulheres, ardentes de liberdade, não namorassem oficiais das Forças Armadas enquanto a escalada da violência não parasse. O Exército considerou ofensivas e intoleráveis as declarações do deputado e pediu a sua imediata cassação. Em outubro de 1968, mais de 700 estudantes, representantes dos movimentos estudantis de todos os estados brasi-

leiros, foram presos no Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), realizado na cidade de Ibiúna, em São Paulo. Em 22 de novembro, foi criado o Conselho Superior de Censura que aumentou o controle e a repressão aos meios de comunicação social. Em 12 de dezembro de 1968, o Congresso Nacional, com base na Constituição de 1967, que ainda garantia a imunidade parlamentar, recusou, por uma diferença de 78 votos, o pedido de cassação de Márcio Moreira Alves.

AI-5: dissolução do Congresso e poder extraordinário ao presidente

Diante das crescentes manifestações de força da oposição democrática, os militares chegaram a pensar em praticar atos terroristas, tais como explodir o gasômetro e estações de energia elétrica, no Rio de Janeiro, para culpar os movimentos de resistência e legitimar a radicalização do regime. Mas os setores radicais do governo não contavam com ferramentas institucionais eficientes para aumentar a repressão. Em 13 de dezembro de 1968, no dia seguinte à recusa do Congresso de cassar o mandato do deputado Márcio Moreira Alves, os doze artigos do AI-5 impuseram o medo e a mordida a uma sociedade brasileira perplexa. Na prática, o decreto suprimiu as liberdades individuais, deu poderes extraordinários ao presidente, dissolveu por tempo indeterminado o Congresso e abriu espaço para a sistematização e a institucionalização da censura, das prisões arbitrárias e das torturas. Simultaneamente, foram cassados 30 prefeitos, 36 vereadores, 178 deputados estaduais e 105 senadores e deputados federais.

A professora Graça Salgado relembra o que o AI-5 representou

“O Ato instalou o terror de Estado no Brasil. Nessa época tive meus melhores professores cassados, exilados, e amigos e companheiros de faculdade que começaram a desaparecer ou simplesmente abandonar a universidade”

Graça Salgado



Protesto contra a censura

para sua geração: “O Ato instalou o terror de Estado no Brasil. Nessa época tive meus melhores professores cassados, exilados, e amigos e companheiros de faculdade que começaram a desaparecer ou simplesmente abandonar a universidade. Já não havia mais clima para qualquer tipo de ação política, de exercício do pensamento crítico, o que, para nós que éramos uma geração muito mobilizada politicamente, significou uma imensa violência e absoluta derrota. O clima de delação foi o que passou a vigorar no espaço universitário. Era impossível pensar, o ambiente era irrespirável”.

O Brasil do AI-5

Com a vitória dos representantes do aparelho repressivo, os militares conseguiram dismantlar toda forma de oposição que ultrapassasse o perímetro considerado seguro — ocupado por instituições civis como OAB, ABI e o MDB. Graça chegou a sofrer na pele os métodos repressivos adotados pela ditadura: “Entre 1969 e 1971 sofri duas prisões por conta da militância estudantil, mas também e, sobretudo, pela participação de meu irmão João Lopes Salgado, no seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em setembro de 1969. Na minha segunda prisão, a de 1971, no DOI-

CODI da Rua Barão de Mesquita, fui bastante torturada por militares absolutamente sádicos que queriam a qualquer custo informações sobre o paradeiro do meu irmão. Mas eu não sabia de nada, pois ele já estava desde 1969 na mais absoluta clandestinidade, e não nos víamos desde então. Disto os militares não se convenciam e por isso a tortura a que fui submetida”.

O “milagre econômico”

Sob o manto do AI-5 o governo da ditadura resolveu implementar um novo plano econômico com objetivo de, finalmente, levar o Brasil para o grupo dos países desenvolvidos. Aproveitando a artificial estabilidade política, Delfim Neto, Ministro da Fazenda empossado em 1969, promoveu a maciça entrada de capitais estrangeiros em vários setores da economia, com destaque para a extração de minerais metálicos, expansão das fronteiras agrícolas, indústrias química e farmacêutica e fabricação de bens intermediários (máquinas e equipamentos). O imediato resultado foi o chamado “milagre econômico”, ou seja, o crescimento acelerado do PIB a taxas de 9% a 10% ao ano entre 1969 e 1973. A classe média e o empresariado aderiram novamente ao regime por conta da ampliação do poder de compra, da elevação dos salários em cargos que exigiam qualificação, da ampliação de créditos bancários e da multiplicação dos lucros.

Entretanto, esse crescimento artificial proporcionado pelos mecanismos repressivos do AI-5 acabou sendo devastador no longo prazo. Os pesados empréstimos levaram à multiplicação da dívida externa e quando, no fim da década de 1970, os juros dispararam, a recessão foi inevitável. O “milagre econômi-



Junta militar em 69. General Lyra Tavares (esquerda), Almirante Augusto Rademacker (centro) e Brigadeiro Marcio de Souza e Melo (direita).

co” vitimou as classes mais baixas e foram criados mecanismos que produziram uma concentração de renda ainda maior. Temia-se que as classes baixas gastassem o excedente em bens de consumo, aos quais, historicamente, não tinham acesso. Com isso, implantou-se o arrocho salarial sobre as classes trabalhadoras através da fixação de tetos salariais e a estabilidade no emprego foi substituída pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Os sindicatos e prestadores de serviços assistenciais foram esvaziados, cabendo ao Executivo decidir sobre as questões de política salarial.

O legado do AI-5

O AI-5 deixou cicatrizes permanentes na sociedade brasileira. De maneira sutil e muito pouco comentadas, muitas das questões que enfrentamos atualmente têm suas raízes no golpe de 1964 e, principalmente, nos reflexos do ato institucional número cinco. Uma das suas consequências é a escassez atual de lideranças políticas. Com a limitação do número de partidos políticos e a perseguição aos opositores, os militares reduziram muito as possibilidades do surgimento de lideranças políticas legítimas.

Outra consequência perversa é a legitimação da violência. A institucionalização de ações arbi-

trárias do aparelho repressivo começou nas operações criminosas organizadas durante a ditadura, como a Operação Bandeirantes (Oban) e seus “bicos de extermínio”; a Operação Condor, que visava a eliminação física de qualquer liderança latino-americana de esquerda e até o Esquadrão da Morte, que pontificava as ações policiais com a simples matança de marginais no final da década de 1960. Estes foram os precursores dos grupos de extermínio que existem até hoje na Baixada Fluminense e na Grande São Paulo. Para Oswaldo Munteal, historiador e professor da PUC-Rio e UERJ, o BOPE é resultado da criação deste “Estatuto da Violência”. “O que é a tropa de elite senão a apologia desse lixo político recuperado da ditadura? O BOPE ‘mata as pessoas certas’, como a ditadura dizia fazer. Eles não erram, não matam gente inocente, criança, trabalhador: quem morre são as pessoas marcadas para morrer. O estado de segurança não é um estado de extermínio. Uma coisa é dar segurança ao cidadão, outra coisa é eliminá-lo”, afirma.

A legitimação da violência estabeleceu a cultura do medo. Ainda

vivemos como se estivéssemos sob o decreto de um estado de sítio, de exceção, com horas e lugares certos para ir e voltar. As pessoas têm medo de sair às ruas, de se relacionar com aqueles que consideram diferentes, que vivem em “outro mundo”.

A exclusão social acabou por criar cisões cada vez maiores entre pobres e ricos. Cidadania deixou de ser uma questão de política para virar uma questão de polícia, a luta por direitos humanos se esmaeceu. A polícia não investiga e nem reivindica do Estado os instrumentos necessários para realizar as investigações, a tortura faz parte da rotina policial.

O AI-5, além de abrir os caminhos para a institucionalização da violência no Brasil, celebrou um poder constituído, não constitucional, um poder imposto de cima para baixo. Provocou a vilania das instituições políticas como a Câmara e o Senado, potencializou a cultura do “governar para os amigos”, do “farinha pouca meu pirão primeiro” e da corrupção. Ainda de acordo com o professor Munteal, que é um dos autores de um livro so-

bre os 40 anos do AI-5 que será lançado em 2008, foi o próprio Congresso que possibilitou um ato abusivo e antidemocrático como este: “O Parlamento brasileiro abriu o flanco para o AI-5 quando na antevéspera do golpe de 1964 o senador Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República com o presidente João Goulart ainda em território nacional. É como se, do ponto de vista da institucionalidade democrática, o Congresso se antecipasse e dissesse: ‘nós não somos necessários’. O Parlamento brasileiro adotou uma posição golpista antes mesmo que os militares”.

O fato é que 40 anos depois do pior ato político da ditadura militar ainda vivemos sob a sua sombra. A legitimação da violência, a fragilidade da luta pela promoção dos direitos humanos e o uso da política para promover os interesses pessoais foram alguns dos legados deixados por essa marca da nossa história. Viramos o país do “farinha pouca, meu pirão primeiro”, do “é dando que se recebe”, da corrupção e do atraso. O AI-5, como disse Chico Buarque, “emburreceu o Brasil”.



O AI-5, de 13 de dezembro de 1968, baixou uma série de disposições arbitrárias. O discurso dos militares sobre a legitimidade do ato em prol da democracia e das liberdades era obviamente absurdo, o que pode ser notado por algumas justificativas ao Ato, aqui descritas:

Artigo 5. A suspensão dos direitos políticos com base neste Ato, importa simultaneamente em:

- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;*
- II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;*
- III – proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;*
- IV – aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança:*
 - A) liberdade vigiada;*
 - B) proibição de freqüentar determinados lugares;*
 - C) domicílio determinado.*

(...) Artigo. Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.



Disco Fever

A febre das discotecas

*O ritmo que contagiou o Brasil e o mundo
na década de 1970*

BRUNO PIOTTO, CAMILA FARIA E RAFAEL CÂMARA



O que John Travolta, sapatos de plataforma e globos de luz giratórios têm em comum? Todos eles fizeram parte de um fenômeno que tomou conta do mundo na década de 1970 e arrebatou o Brasil, principalmente em 1978: a febre das discotecas ou *disco fever*.

Lançado apenas um ano antes, o filme *Os embalos de sábado à noite* (Saturday Night Fever, 1977) apresentou o ator iniciante Travolta, que ao usar o famoso terninho branco e jogar o braço para o alto, se tornou um símbolo incontestável da *disco music*.

O estilo é uma fusão do pop tradicional, salsa, *black music*, *funk*, *soul* e *rock*, marcadamente conhecida por seus arranjos elaborados e batidas fortes. Foi do termo *Discothèque* – nome de um clube francês dedicado ao jazz – que seus criadores buscaram criar uma identidade própria para o gênero.

Uma ótima maneira de ficar por dentro dos maiores nomes da música *disco* e conhecer um pouquinho dos seus clássicos é recorrer à trilha do filme *Os embalos de sábado à noite*. Sucessos como *Stayin' Alive* do Bee Gees, *More Than a Woman* de Tavares e *Boogie*

Shoes de K.C. and The Sunshine Band estouraram no Brasil e impulsionaram milhares de brasileiros para as pistas de dança.

Disco Music no Brasil

A febre das discotecas teve o seu ápice no Brasil com o lançamento da novela *Dancin' Days*, de Gilberto Braga em 1978. Contando a história de uma ex-presidiária (interpretada por Sônia Braga) que tenta se reaproximar da filha, o autor trouxe para a realidade brasileira o glamour das pistas de dança e da música *disco*. Outros destaques no elenco da novela foram Antônio Fagundes, Joana Fomm, Reginaldo Faria e Glória Pires. *Dancin' Days* foi exibida pela Rede Globo e foi ao ar do dia 10 de julho de 1978 a 27 de janeiro de 1979. A novela também foi exibida no Chile, Espanha, Reino Unido, França, Itália, Marrocos, Nicarágua e Portugal e mereceu uma reportagem na revista norte-americana *Newsweek* em novembro de 1978.

Para o título da novela, Gilberto Braga pegou emprestado o nome da famosa boate de Nelson Motta, a *Frenetic Dancin' Days Discothèque*. Nessa mesma boate surgiria um dos grupos mais importantes do gênero no Brasil: As Frenéticas. Nelson Motta contratou garçonetes para servirem vestidas com roupas colantes e coloridas, saltos altíssimos e maquiagem caprichada. Além disso, elas tinham outro diferencial: no meio da noite subiam no palco e cantavam algumas músicas, antes de voltar ao trabalho. Foi um sucesso absoluto. Com o tempo, abandonaram as bandejas e assumiram de vez o microfone.

As Frenéticas emplacaram o tema de abertura da novela *Dancin' Days* e se tornaram um estrondoso sucesso em todo o país. O LP *Caia na gandaia*, lançado pelo grupo em 1978, é considerado um dos mais importantes para a *disco music* brasileira e é referência básica para quem quer se aprofundar no assunto. As Frenéticas também fizeram parte do início de um fenômeno que viria a se tornar comum no país: a explosão da trilha sonora. Dividida em sucessos nacionais e internacionais, as trilhas sonoras embalaram as vidas de muitos brasileiros.

A moda das pistas

A novela de Gilberto Braga também acabou lançando moda e refletindo o que a juventude da época queria mostrar. A moda do período era alegre, vibrante e sem a sobriedade de antes, expressava o sentimento de uma sociedade ansiosa por deixar para trás os padrões de comportamentos do passado. A professora de moda, editora e colunista do site



Festa e programa *Só Kakarecos* da Costa Azul FM

www.meninasdamoda.com.br Mirela Lacerda acredita que no Brasil a novela é a principal divulgadora da moda, pois consegue atingir um número muito grande de pessoas ao mesmo tempo, com as mesmas idéias. “No caso específico de *Dancin' Days*, a grande febre lançada foi a sandália de salto com meias curtas de lurex. Segundo a figurinista Marília Carneiro, a idéia foi tirada de uma capa de disco quando ela estava em busca de algum diferencial para a personagem de Sônia Braga, que era uma mulher ousada para a época”, lembra Mirela.

Outros looks marcaram a época como as calças e vestidos de poliéster, lamé e jersei coloridos, os colants, decotes de um ombro, shorts, calças boca-de-sino, sandálias plataforma e a maquiagem luminosa, com lábios brilhantes e sombras metalizadas e coloridas nos olhos. Para Mirela Lacerda a mensagem era de diversão, despreensão e de um desejo de curtir a vida ao máximo. Nesse sentido, a moda cumpriu perfeitamente o seu papel de traduzir o comportamento social de uma época.

A década de 1970 foi marcada pela quebra de paradigmas já iniciada nos anos 1960. A busca pela liberdade e pela valorização do individualismo co- roaram o desejo por uma sociedade mais democrática e livre de preconceitos. Mirela conta que a moda é cíclica e sempre traduz a época em que vivemos.



“Nos anos 1970, havia um desejo de liberdade muito grande, mas por outro lado, havia uma instabilidade social e econômica forte em muitos países. Lá fora, deflagrada pela crise do petróleo, aqui no Brasil pela ditadura. Hoje, convivemos com violência urbana, ameaças de terrorismo, ritmo de vida alucinado. A moda acaba funcionando como válvula de escape, oferecendo uma possibilidade ilusória de escaparmos de todo esse caos”, diz Mirela.

Fim da *disco music* decretado?

A *disco music* foi, definitivamente, uma febre nos anos 1970. Entretanto, ela não era unanimidade entre os apreciadores de música. Com o aparecimento do gênero *new wave* e o revigoramento do *rock and roll*, os artistas *disco* começaram a perder espaço nas rádios. Em julho de 1979 Steve Dahl, famoso radialista de Chicago, promoveu uma manifestação anti-disco, a “Disco Demolition Day”, que levou 80 mil pessoas a um estádio de baseball para destruir uma enorme pilha de LPs de *disco music*. A euforia foi tanta que a platéia invadiu o campo e entrou em confronto com a polícia, impedindo a realização do jogo de baseball planejado para o mesmo dia.

O acontecimento, apesar de ter marcado época, não pôs fim ao estilo, nem aos seus seguidores. Até hoje existem admiradores não só da música, mas do

estilo de vida e comportamento da década. Proliferaram no mercado lançamentos de livros, coletâneas musicais e artigos de moda que fazem referência. E não são apenas os saudosistas que alimentam esse tipo de iniciativa. Cada vez mais, jovens que ainda não eram nascidos na década de 1970, se encantam com o espírito desse período. A estudante de medicina Rafaela Zuconni faz parte desse time e comemorou o seu aniversário de 20 anos com uma festa temática. “Foi o máximo! Os convidados se vestiram a caráter e só tocou *disco music*. Os pais das minhas amigas disseram que foi como voltar no tempo”, contou a estudante.

Rafaela, apesar da preferência pela música *disco*, costuma escutar também outros estilos. Ela reclama que muitas rádios têm preconceito de tocar músicas antigas, talvez por medo de perder ouvintes. Mas esse não é o caso da Rádio Costa Azul FM – 93.1 de Angra dos Reis, que possui um programa especializado em música dos anos 1970 e 1980. O programa Só Kakarecos está no ar desde fevereiro de 1994, revivendo os grandes sucessos que marcaram os tempos dançantes da *disco music*. O produtor e apresentador do programa Flávio Wave, hoje com 40 anos, é um apaixonado pelo gênero desde pequeno e costumava ligar para as rádios pedindo as suas músicas favoritas. Com 13 anos ele já pilotava o som das festinhas com os seus discos e fitas K7.

O interesse continua

E porque o grande interesse por esse tipo de música perdura? Flávio explica que o público dos anos 1970 era jovem e que hoje tem entre 40 e 50 anos, não consegue gostar da maioria das músicas dançantes atuais e também não esquece o que viveu de bom, ouvindo as músicas de quando eram adolescentes. “Ouvindo essas músicas eles lembram dos amigos da rua que se encontravam nos bailes dos clubes, dos programas de rádio da época, das festinhas americanas onde as meninas levavam a comida e os meninos levavam as bebidas. Exemplos de quem viveu uma época onde o astral e a alegria eram o principal da festa”, conta. Para ele, nos dias de hoje, a música acaba servindo apenas como fundo musical para o jovem que quer beber, “ficar” com alguém e voltar para casa.

O DJ Marcello RC, especializado em música *disco* promove festas temáticas, mas confessa que os amantes do gênero têm geralmente entre 30 e 35 anos. Mas essa situação poderia mudar, já que, para ele, as músicas de hoje são reflexos de influências passadas. “As músicas conhecidas como *disco*, nada



DJ Marcello RC,
especializado em
disco music

mais são do que as precursoras da *house music* de hoje e em alguns casos do *eletrô* de hoje. É como dizer que o *hip hop* vem da *soul music* e do *rap* dos anos 1970", esclarece Marcello.

Segundo Flávio Wave, a era *disco* foi o último degrau antes da chegada das primeiras músicas eletrônicas, onde a batida da bateria passou a ser robótica e os instrumentos de sopro foram trocados por teclados repetitivos. Mas é importante lembrar que, mesmo antes do declínio da *disco music* vários artistas conhecidos como "músicos sérios" se renderam ao ritmo das pistas. Exemplos disso não faltam: David Bowie, lançou *Station to Station* em 1976, Rod Stewart lançou *Blondes Have More Fun* em 1978 e a lista continua.

Recordar é viver

A auxiliar de escritório Rogéria Martins, de 46 anos, lembra com carinho da época em que se reunia com as amigas para dançar ao som das Frenéticas. Em 1978, aos 17 anos e no auge da febre das discotecas, Rogéria era proibida pelo pai de frequentar boates, mas isso não a impedia de se divertir. "Como eu morava no interior de São Paulo e o meu pai era muito bravo, a gente tinha que improvisar umas festinhas no meu quarto mesmo. Ligávamos a vitrola no maior volume", conta Rogéria. Ela recorda uma vez que saiu escondida para a única danceteria da cidade, a "Dance Night Club" e levou uma surra quando chegou em casa, às três horas da manhã. "Meu pai estava me esperando no portão há horas. Levei umas boas palmadas, mas valeu à pena. Lembro desse dia até hoje", contou Rogéria.

Quando se trata de relembrar a época das discotecas, o produtor Flávio Wave é outro nostálgico. "Posso dizer que tive sorte de ter nascido a tempo de conhecer essa época. Todos que viveram são unânimes em dizer que foi uma época única e mágica! Se eu pudesse, voltaria no tempo para curtir mais um pouquinho, só que adulto, para curtir o que não pude, por ser criança", diz Flávio. Já a professora de moda Mirela Lacerda, que não viveu a febre musical, acredita que não está em desvantagem com relação àqueles que viveram intensamente a época: "Penso que quem viveu e aproveitou a febre das discotecas deve guardar boas lembranças. Para quem não estava lá, dá para ver filmes e ouvir músicas do período ou ainda aproveitar as releituras da moda, que tem cumprido o papel de nos transportar no tempo muito bem".



Para saber mais sobre o disco fever:

www.disconight.com.br

www.dandetotla.com.br

www.sokakarecos.com.br

www.teledramartugia.com.br

www.flashbacksensation.net/tributo_nacional.htm



20 anos de Constituição cidadã

Documento símbolo da restauração da democracia no Brasil completa duas décadas

ANNA BEATRIZ CRUZ, FELIPE CARUSO E JOHN MONTEIRO

No dia 6 de outubro de 1988, o periódico Zero Hora trazia estampada na primeira página a manchete: “Carta feita com amor e sem medo”. A frase foi retirada do discurso feito no dia anterior por Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgava a nova Constituição do Brasil, a sétima na história do país e a primeira pós-regime militar.

A recém democracia brasileira engatinhava depois de anos de opressão da ditadura. A popula-

ção ansiava uma estabilização política, mas os recorrentes fracassos dos sucessivos planos econômicos do governo Sarney, minavam as esperanças. Apesar do *slogan* do presidente “tudo pelo social”, a miséria persistia, produto de anos de concentração de renda. O orgulho nacional se resumia à medalha de ouro conquistada pelo judoca Aurélio Miguel, a única na olimpíada de Seul (1988), na qual o mundo assistia, depois de 12 anos, à disputa esportiva entre Estados Unidos e a decadente União Soviética.



Ulysses Guimarães recebe o cocar de um índio no Congresso

As sete constituições do Brasil

1824 – A Assembleia Geral Constituinte Legislativa do Império do Brasil tinha de um lado o “partido” português, representado por ricos comerciantes e burocratas lusitanos que apoiavam maior autonomia para o Imperador, do outro o “partido” brasileiro formado pela elite latifundiária escravista. Irredutível perante a limitação de seus poderes Dom Pedro I dissolveu a Assembleia em novembro de 1823 e outorgou a primeira Constituição do país, o Império do Brasil, no ano de 1824. Entre as principais características estavam o mandato vitalício dos senadores, a presença de quatro poderes: executivo, legislativo, judiciário e moderador (exercido pelo Imperador), o Estado centralizado e a monarquia hereditária e constitucional.

1891 – Promulgada em 24 de fevereiro de 1891 foi a primeira Constituição republicana do Brasil. No que se refere aos direitos políticos e civis da população, pouco foi acrescentado. Já em 1881 haviam sido introduzidas mudanças no processo eleitoral que instauraram o voto direto com exclusão dos analfabetos e limitação de renda. A nova Constituição retirava exigência de renda mantendo a de alfabetização. Com isso a participação efetiva da população nas eleições, que era de 10% no período monárquico anterior a 1881, caiu para 2% na república (eleição presidencial de 1894). A carta foi inspirada na dos EUA com o país passando a se chamar Estados Unidos do Brasil, com um Estado laico e extinção do poder moderador.

Apesar da instabilidade econômica e política no Brasil, a perspectiva da promulgação de uma nova Constituição, de um novo contrato para reger direitos, deveres e garantias dos cidadãos em relação ao Estado alimentava os sonhos democráticos de um país traumatizado pelo autoritarismo. Em novembro de 1986, ano de lançamento do Plano Cruzado, aconteceram as eleições para a Câmara dos Deputados e para dois terços do Senado, com a vitória do PMDB. Em 1º de fevereiro de 1987, os deputados e senadores eleitos deram início a uma importante tarefa: redigir uma nova Constituição, em substituição à da ditadura militar, outorgada em 1967.

Não era uma Assembléia Constituinte convocada especialmente para escrever a Constituição, mas sim um Congresso com poderes constituintes. Ou seja, logo após a conclusão da nova Constituição, os parlamentares assumiriam as suas funções normais. Tampouco era simplesmente mais uma Constituição na história do Brasil. Era a Constituição que, enfim, garantiria o direito maior de um cidadão que vive em uma democracia – a Constituição cidadã.

Os 245 artigos e 70 disposições transitórias da nova Constituição ampliaram e fortaleceram a ga-



Madrugada da sessão final da Assembléia Nacional Constituinte.

rantia de direitos individuais e liberdades públicas. Definiram a independência entre os Três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, estabeleceram as eleições diretas e estenderam o voto aos analfabetos e aos jovens a partir de 16 anos.

A Assembléia Nacional Constituinte precisava agradar a todo um extenso e diverso país e eliminar a possibilidade de retorno a uma ditadura. Nos seus corredos-

res havia toda sorte de pessoas e interesses, de militares a índios, de magistrados a garimpeiros, todos queriam estar na Constituição. Assim, os arroubos democráticos e os fantasmas da ditadura incharam a nossa Carta Magna de normas que não eram matérias constitucionais. Por exemplo: os constituintes estabeleceram leis para tabelar os juros, regular questões ambientais e até sobre a

1934 – Em 1932, como represália à centralização autoritária do governo de Getúlio Vargas, estoura no estado de São Paulo a Revolução Constitucionalista. Mesmo com a vitória militar, pressionado, Vargas se vê obrigado a convocar eleições para a Assembléia Constituinte. Em 16 de julho de 1934 é promulgada a Constituição de mais curta duração na história do país. Inspirada na Carta Alemã de 1919 (República de Weimar) e com duração de apenas três anos ela trazia inovações com a introdução do voto feminino e instituição do voto secreto. Foi criada também a justiça do trabalho e a introdução de leis trabalhistas. A Assembléia decretava Vargas como presidente e previa para o ano de 1938 a realização de eleições diretas para a presidência.

1937 – Como não poderia se candidatar à reeleição em 1938, Vargas promove um golpe de Estado no ano de 1937 com o objetivo de se manter no poder. O Parlamento é fechado e as eleições canceladas. A nova Constituição é outorgada e fica conhecida como “polaca” por ter sido inspirada na Constituição autoritária polonesa. A “polaca” dava plenos poderes a Getúlio, abolia os partidos políticos e a liberdade de imprensa, previa perseguição a opositores, garantia forte intervenção estatal na economia e previa a prorrogação indefinida do mandato presidencial até a realização de um plebiscito que nunca chegou a ser realizado.



esfera de poder responsável pelo Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, aspectos que fogem à natureza do estatuto de um país.

Alguns juristas avaliam a Constituição de 1988 como excessivamente analítica e prolixa. No entanto, pelos mesmos motivos, a Lei Maior de 1988 qualificou como crimes inafiançáveis a tortura e as ações armadas contra o estado democrático e a ordem constitu-

cional, criando assim dispositivos constitucionais para bloquear golpes de qualquer natureza.

Embora afastados do centro do poder, a influência dos militares continuava forte. Eles conseguiram bloquear a criação do Ministério da Defesa, que unificaria as três armas, e detiveram as pretensões da esquerda de circunscrever a sua função apenas à defesa do país contra ameaças estrangeiras. Eles ainda eram guardiões da ordem interna.

Questões sobre o sistema político, presidencialismo ou parlamentarismo, e sobre a duração do mandato causavam acalorados debates na constituinte. Promulgada a Constituição, como mais um exemplo de seu caráter popular, a decisão foi delegada ao povo. Emenda apresentada à Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, pelo deputado Antônio Henrique Cunha Bueno, propunha a revisão da Constituição e a realização de um plebiscito, em 1993, para decidir a forma de governo – república ou monarquia – e o sistema de governo – presidencialista ou parlamentarista. A emenda foi subscrita por mais de um milhão de eleitores, era uma emenda popular. A Constituinte de 1988 foi a primeira na história do país a aceitar emendas populares.

A minoria tem seus direitos assegurados

A história existindo onde há insatisfação. O sonho e a necessidade produzindo o animal político no seu embate pela sobrevivência, esbarrando em interesses mesquinhos que se refletem no rigor da lei. A Constituição de 1988 não se afasta do caráter de qualquer outra no que diz respeito às generalizações e aos tópicos que denotam questões essenciais. Mas é também única. Revela o contexto histórico que a propulsiona, porque esmiúça e especifica direitos nitidamente vinculados às minorias e às demandas. “É dever da família e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida...” (art. 227). Mas o texto vai adiante, como o próprio fluxo social. E segue afirmando o direito “... à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Conforme observa a integrante do Centro de Cultura Luiz Freire (um dos centros de defesa de direitos humanos mais antigos do Brasil, surgido em plena ditadura, em

1946 – Após a queda de Vargas se inicia um processo de redemocratização. A Constituição de 1946 é promulgada no dia 18 de setembro e resgata as liberdades individuais previstas na Carta de 1934 e que haviam sido cerceadas pelo governo do Estado Novo. Considerada avançada na época, instituía o direito de greve e associação sindical, mandato presidencial de cinco anos, liberdade de manifestação de pensamento, inviolabilidade do lar e igualdade de todos perante a lei.

1967 – Com o objetivo de dar legitimidade institucional ao governo militar, a Constituição de 1967 foi semi-outorgada já que foi aprovada pelo Congresso Nacional quando já estava descaracterizado pelas cassações. O governo incorporou à Carta todos os atos institucionais e complementares já estabelecidos até então. A Constituição foi largamente emendada inclusive pelo AI-5 (ver artigo na página 33) de forte caráter ditatorial e buscava aumentar a influência do poder executivo sobre o legislativo e o judiciário. As emendas eram feitas e aprovadas pelo executivo, deixando o legislativo e o judiciário como meros espectadores.

A Carta Magna

A Carta Magna é considerada alicerce do longo processo histórico que levaria ao constitucionalismo. Datada de 1215, trata-se de uma exigência por parte dos barões ingleses de limitação dos poderes do então soberano, o rei João “Sem Terra”. A carta, assinada pelo soberano num momento de sucessivos fracassos militares do seu governo, era um reconhecimento de que a vontade do rei teria que estar sujeita à lei. Em troca ele obteve a confirmação do juramento de lealdade dos barões. Composta de 63 artigos ou cláusulas, a Carta faz referência a muitos assuntos da época. O rei não poderia mais aprisionar alguém sem passar pelos devidos processos legais, ficava limitada a cobrança de tributos e o artigo 61º estabelecia um comitê de 25 barões que poderia reformar qualquer decisão do rei, inclusive recorrendo à força se necessário. Por ter seus poderes severamente limitados e por ter assinado sob coerção, tão logo os barões deixaram Londres, o rei repudiou o documento afirmando que este não tinha qualquer validade, mergulhando a Inglaterra em uma guerra civil.

1972), Érika Fenas, certos artigos da Constituição vieram apenas reforçar reivindicações da sociedade civil organizada. “É claro que a Constituição não resolve tudo por si só, mas sem dúvida alguma representa um progresso na questão da cidadania. As chamadas ‘minorias’ tiveram cláusulas dedicadas a elas. Foram crianças, idosos e índios que tiveram, teoricamente na lei, alguns de seus direitos assegurados”.

A Constituição na teoria e na prática

Talvez seja aí, na oscilação entre abrangência e singularidade, que se visualiza o perfil dessa Carta Magna e de uma sociedade civil que, ao mesmo tempo almeja, por afirmar princípios fundamentais do cidadão e aspira por conquistas que levem o país a inserir-se num contexto moderno quanto aos Direitos Humanos.

É nesse contexto que a Constituição começa a se consolidar, definindo áreas de atuação prioritárias e coerentes com desafios da conjuntura nacional.

Um desses desafios era a questão indígena. No agreste de Pernambuco, por exemplo, os índios Xukurus sob a liderança de Chicão se uniam para conquistar suas terras no alto da Serra de Ororubá. Tiveram o respaldo do artigo 231 da Constituição que diz, entre outras coisas, que “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanentemente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”.

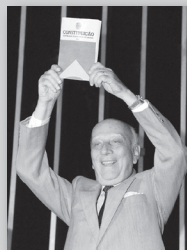
“Numa sociedade marcada pela desigualdade, a lei não equaciona forças contrárias, e sim fundamenta e justifica o aparelho repressor do Estado. Apesar de tudo, prossegue o fluxo da vida social, que sempre vai adiante. Nasce e

renasce. A lei não transforma essa sociedade, ao menos em sua essência; ao contrário, é a sociedade, em processo de transformação que torna urgente o rejuvenescimento da lei”, afirma Érika.

A Constituição de 1988 foi o último grande acontecimento político que marcou o Brasil antes da queda do muro de Berlim, símbolo do fim de décadas de guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética e da mudança da configuração política mundial. Há quem diga que se tivesse sido feita em 1990, a Constituição seria totalmente diferente. Evidencia-se aí o caráter circunstancial da Carta de 1988, fruto de um complexo panorama sócio-político-econômico-cultural da década de 1980 e que nos rege até hoje. Há 20 anos, os 509 parlamentares promulgavam o documento do Estado que ainda está em vigor, tendo recebido apenas 54 emendas.



1988 – Criada após o fim de longo período ditatorial, a Carta de 1988 buscava resgatar os direitos e garantias fundamentais que haviam sido ignorados pelos governos militares. Foi determinada a eleição direta para os cargos de presidente da República, governo de estado, prefeito, deputado, senador e vereador. Houve um resgate dos poderes legislativo e judiciário – que haviam sido postos de lado em detrimento do executivo durante a ditadura militar – restabelecendo assim o equilíbrio entre os três poderes. A tortura e as ações armadas contra o Estado e a ordem constitucional passaram a ser crimes inafiançáveis.



Ulysses Guimarães:
o presidente da
Assembléia e a
Constituição

Preâmbulo

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”.

Lucio Costa, um gênio inovador

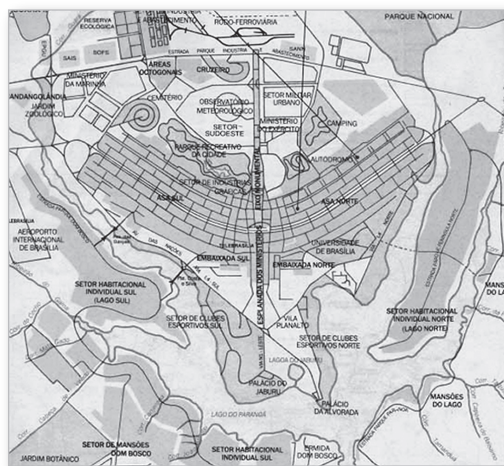
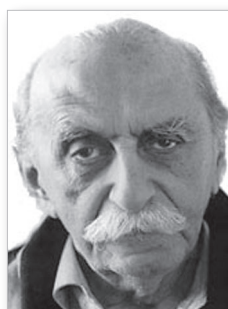
LUCIÂNİ GOMES, MARIA BEATRIZ PEDROSO E PATRÍCIA BRAGA

Em junho de 2008, se completam 10 anos da morte do arquiteto Lucio Costa. Não fosse seu pensamento e trabalho, talvez as famosas construções sobre pilotis, com sustentação feita por pilstras, nunca existissem. Inspirado no que se fazia na Europa, Lucio Costa deu os principais traços do que veio a ser a arquitetura moderna brasileira.

Na década de 1920, enquanto o pensamento moderno já florescia no mundo, com grandes expoentes como Frank Lloyd Wright, nos EUA, e Le Corbusier, na França, no Brasil ainda não se tinha sinal dele; o Ecletismo, resultado da mistura de diversos estilos, predominava. Lucio Costa foi o primeiro a perceber que a arquitetura no Brasil estava ultrapassada.

Lucio nasceu na França, em 1902. Seu pai, oficial do governo, estava em missão oficial na Europa, onde cresceu, e teve a oportunidade de conhecer e conviver com diferentes culturas desde bem cedo.

A revolução artística que acontecia na Europa na década de 1920 exerceu grande influência sobre o trabalho do arquiteto. Lucio Costa largou o Ecletismo no final da década de 1920, e passou a projetar casas no estilo moderno. Sem conseguir trabalhos, desenhava diversas “casas sem dono”, rabiscos, muitos dos quais nunca chegaram a ser construídos. Decidido a trazer o modernismo para o país, estudou as diferentes correntes que se espalhavam pelo mundo



Lucio Costa e a plano piloto do seu mais famoso projeto: Brasília

naquele momento, principalmente os fundamentos conceituais do trabalho do arquiteto francês, Le Corbusier.

Otávio Leonídio, professor de arquitetura da PUC-Rio, em entrevista, afirmou que “o projeto de Le Corbusier difere-se por apostar no impacto da obra bela, de algum modo herança do pensamento clássico, da clareza e do equilíbrio, o que possivelmente levou Lucio Costa a preferi-la”. Leonídio lançou em fins de 2007 o livro *Carradas de razões – Lucio Costa e a arquitetura moderna brasileira*, sobre o período de maior desenvolvimento do pensamento moderno do arquiteto, da década de 1920 a 50.

“Lucio Costa foi um homem único, tão diferente e especial, tinha uma cabeça de Europa. Foi a primeira pessoa no Brasil a perceber que o mundo tinha mudado depois da Primeira

Guerra.”, disse Hugo Hamman, arquiteto que trabalhou com Lucio Costa no Plano da Barra da Tijuca.

A escolha de qual tendência trazer de fora tinha que ser feita levando-se em conta o que mais combinaria com a cultura do país. A Bauhaus, na Alemanha, era uma das tendências da época, mas foi logo descartada por requerer uma indústria já estabelecida, quando o Brasil ainda não possuía uma indústria siderúrgica. A utilização do concreto era mais adequada ao clima tropical brasileiro que a do metal, da Bauhaus, que armazena muito calor.

“Lucio Costa, é de fato uma espécie de artífice, estava ali pensando nessas coisas, mexendo os pauzinhos dele pra que isso (modernismo) se realizasse. Tinha uma obsessão, que era fazer com que o Brasil se modernizasse segundo o modelo que ele achou que seria o melhor pro Brasil”, disse Leonídio. Foi após essa tomada de rédea inicial da arquitetura brasileira que Lucio Costa assumiu cada vez mais o papel de definir os rumos que nossa arquitetura tomaria.

Um primeiro passo rumo à modernização do pensamento brasileiro em relação às artes foi a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, 1922. O evento teve muito mais impacto na literatura e nas artes plásticas, com Mário e Oswald de Andrade e Anita Malfatti, que na arquitetura.

O modelo paulista, carro-chefe da modernização brasileira, havia decidido que, no Brasil, a modernidade viria aliada à identidade nacional. A idéia era resgatar as raízes brasileiras, nossa cultura, sem a influência dos países desenvolvidos, o que já havia ocorrido nas décadas anteriores à manifestação.

Lucio Costa conseguiu aliar todos os elementos para que o movimento de fato acontecesse. Lia e escrevia muito; foi o responsável por formular conceitualmente a existência de um movimento de arquitetura moderna brasileira; e foi graças a isso que a arquitetura moderna brasileira chegou aonde chegou.

“O trabalho dele é de grande sofisticação conceitual. A ponto de resolver as questões que os modernistas da literatura e das artes plásticas não tinham sido capazes de resolver. É bom lembrar que as obras de Mário e de Oswald de Andrade de certa forma não dão conta disso. Mário de Andrade morre, deprimido, porque não conseguiu resolver e achando que o projeto terminou fracassado”, completa Leonídio.

A trajetória do artista

Lucio Costa obteve o título de arquiteto na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro em 1924. Logo em seguida viajou à Diamantina, Minas Gerais, o que o colocou diante da simplicidade da arquitetura civil do período colonial, diferente do que fazia. Cinco anos depois mudou radicalmente o rumo de sua atuação profissional, rompendo com o movimento neocolonial e procurando a linguagem plástica correspondente à tecnologia construtiva do seu tempo.

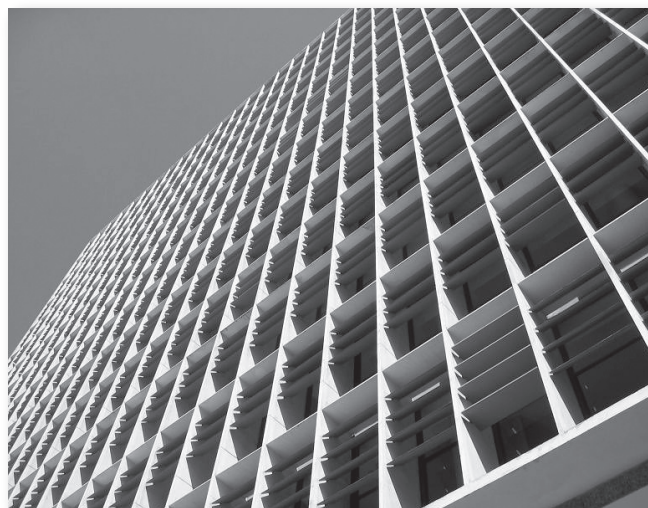
Ao ser escolhido como o arquiteto responsável pela construção do edifício sede do Ministério da Educação e Saúde (1936), o Palácio Capanema, Lucio Costa convenceu o então presidente Getúlio Vargas e o



Vista de uma das grandes avenidas de Brasília



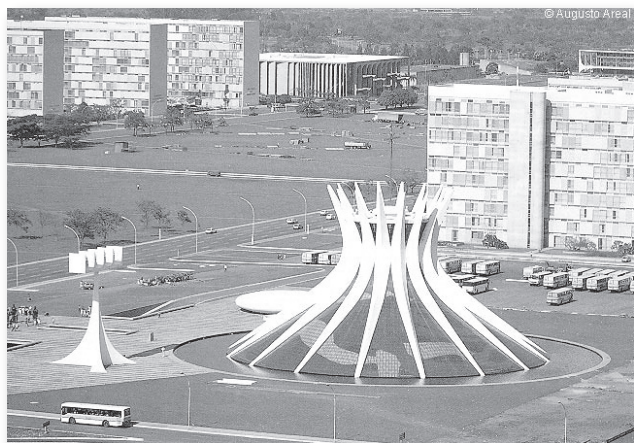
Asa Sul de Brasília



Palácio Gustavo Capanema



Maquete de Brasília



Esplanada dos Ministérios



Lúcio Costa e Hugo Hamman

Ministro da Educação, Gustavo Capanema a inovar na construção e trazer Le Corbusier ao Brasil. Foi o artista francês que fez os traços iniciais do que seria o prédio. Com o edifício, o Brasil chegou a ser referência como uma das maiores arquiteturas do mundo. A cortina de vidro é uma das inovações apresentadas pelo prédio, que por uma década foi considerado o mais moderno do mundo.

Já com projeção internacional, em 1938, Lucio Costa é co-autor do projeto do pavilhão brasileiro para a Feira Universal de Nova York, que ficou reconhecido como um dos mais bonitos da Feira (1939).

Para a escolha do arquiteto responsável pelo projeto foi feito um concurso, do qual Lucio Costa saiu vencedor e Oscar Niemeyer ficou em segundo lugar. Lucio Costa imediatamente discordou do resultado, por acreditar que o projeto apresentado por Niemeyer era melhor, e recusou-se a realizar o seu. Com a recusa de Lucio Costa, o projeto apresentado por Niemeyer deveria então ser o executado, mas Niemeyer também se recusou. A solução então foi convidar os dois arquitetos, Lucio Costa e Oscar Niemeyer, para realizarem juntos um novo projeto. Da união de idéias originou-se o famoso pavilhão.

O passo seguinte seria a construção da capital federal, Brasília. Mais uma vez Lucio Costa e Niemeyer juntos, como urbanista e projetista, respectivamente. O trabalho foi o que coroou a reputação profissional que ambos já possuíam no Brasil e no exterior. O projeto em equipe era possível graças ao respeito pelo trabalho e capacidade um do outro.

Após Brasília, Lucio Costa recusou, em um primeiro momento, a assumir o Plano da Barra da Tijuca. Porém, voltou atrás e aceitou apenas dar as diretrizes básicas do projeto, deixando os arquitetos e projetistas livres. Essa liberdade fez com que Lucio Costa pouco visse da Barra o que havia pensado da construção. Desse tempo, traz recordações curiosas, que revelam um pouco do gênio de um dos maiores arquitetos do mundo. Para Hamman, a inteligência, a perspicácia e a integridade ética eram traços marcantes na personalidade de Lucio Costa, apontado por algumas pessoas como detentor de uma personalidade difícil e centralizadora.

O arquiteto Hugo Hamman conheceu Lucio Costa, “o professor”, como o chama, quando ainda era universitário e participou como estagiário do Plano. “No meu primeiro dia de trabalho, quando foram me apresentar ao Lucio Costa, ele me disse: ‘eu não tenho nada contra você, você parece ser um rapaz muito simpático, mas eu preferia que você não estivesse aqui’”, contou Hugo Hamman.

“Lucio Costa era o intelecto, o professor. Quem abriu as cabeças. Tinha a cultura e a vivência que os outros não tinham. Via o potencial dos jovens profissionais e os trazia para trabalhar com ele”

Hugo Hamman



Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e o presidente Juscelino Kubitschek

O projeto já contava com gente demais. O jovem universitário não desistiu e continuou indo às obras todos os dias, até começar a ser parte dele, nos anos 1970. Dez anos após iniciado o projeto, Hugo ainda estava na equipe. Quando foi afastado do projeto, Lucio Costa escreveu uma carta defendendo os membros de sua extinta equipe e manifestando sua insatisfação com o que havia se tornado o projeto.

Hamman contou ainda do faro de Lucio Costa para encontrar e desenvolver talentos, como Oscar Niemeyer, Burle Marx, dentre outros. “Lucio Costa era o intelecto, o professor. Quem abriu as cabeças. Tinha a cultura e a vivência que os outros não tinham. Via o potencial dos jovens profissionais e os trazia para trabalhar com ele”, contou Hugo Hamman.

Muito observador e, perto de sua casa, costumava reparar num jardim, que acreditava ser muito harmonicamente arranjado. Por trás da obra, estava o jovem Roberto Burle Marx, então com 17 anos. Um dia, ao descobrir o jovem responsável pela construção do jardim, Lucio Costa lhe fez um convite, assim que tivesse um jardim em seus projetos, delegaria ao rapaz. Foi então que, anos depois, eles projetaram muitas plantas juntos.

“Nenhum texto compete com o Museu de Niterói”

A frase dita por Leonídio leva-nos a uma análise com maior clareza sobre porque o arquiteto Oscar Niemeyer é mais conhecido tanto mundialmente como no Brasil quando se pensa em arquitetura moderna brasileira. São poucos os que associam o período ao nome de Lucio Costa. Leonídio acredita ser por uma questão de personalidade, principalmente: “Lucio Costa não tinha notoriedade pública ou popular e talvez não tenha buscado isso. Já o Oscar tem uma capacidade de promover a própria obra extraordinária, o que ele aprendeu com Le Corbusier, que era o maior divulgador não só da própria obra como da própria personalidade”.

Foi com Lucio Costa que Niemeyer começou seu aprendizado. Estagiou com ele e participou das discussões com Le Corbusier acerca da construção do Palácio Capanema, juntamente com outros arquitetos que chamou para dividir o projeto: Carlos Leão, Ernani Vasconcellos, Jorge Moreira e Affonso Eduardo Reidy. Foi com o Plano Piloto, projeto de urbanização para Brasília, já com o movimento consolidado, em fins da década de 1950, que Lucio Costa ganhou maior projeção, ao lado de Niemeyer, projetista dos prédios da capital nacional.

A partir de 1960 Lucio Costa começa a colher os frutos obtidos da década anterior, recebe o título de *Doutor Honoris Causa* pela universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e viaja pelo mundo participando de conferências sobre urbanismo.

Olhados juntos, o trabalho de um com certeza não teria o mesmo valor sem o trabalho do outro. Afinal, a arquitetura moderna brasileira ganhou notoriedade internacional graças às idéias trazidas por Lucio Costa e executadas por Niemeyer, que foi quem lhe deu visibilidade. Enquanto Niemeyer foi e é o projetista de renome, Lucio Costa foi o pensador, produtor dos diversos textos que trouxeram e consolidaram a arquitetura moderna no Brasil.

Lucio Costa sabia do valor de suas obras e que seu poder estava ao alcance de suas idéias e no que elas poderiam fazer, assim como fizeram. De vida reclusa, viveu grande parte de sua vida em seu apartamento na Av. Delfim Moreira, no Leblon, e não pedia muito mais que isso para ser feliz. Ainda jovem, teve sua vida marcada pela morte de sua mulher, em um acidente de carro no qual ele dirigia. Ficou viúvo, com duas filhas pequenas, Maria Elisa e Helena, e não se casou novamente. Terminou a vida como um homem notável, porém sem grandes posses. Nunca quis ter seu próprio escritório e durante sua vida inteira foi funcionário público. Trabalhava seus projetos nos próprios terrenos, pois achava que só essa proximidade permitiria ao arquiteto fazer um bom projeto.

